

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

«...Gritante incompetência deste Governo no uso dos recursos europeus postos à sua disposição!»



Destaques:

Manuela Ferreira Leite preside ao encerramento da 3ª Universidade da Europa, na Cúria

Pag. 2 e seguintes

O PSD, afinal, esperava resposta do PS sobre Provedor, desde 2008... e nada!

Em "Actividades do PSD"

A falsidade de Sócrates no debate quinzenal: PSD em Lisboa, viabilizará empréstimos para reabilitação urbana, mas não para "acções de propaganda"

Em "Notícias locais - Lisboa"



Manuela Ferreira Leite preside ao encerramento da 3ª Universidade da Europa

A líder do PSD acusou hoje o Governo, durante um discurso na Cúria, de não ter sabido aproveitar os recursos e a solidariedade europeia “por incompetência”.

Manuel Ferreira Leite referiu que essa incapacidade do Governo se revelou em todos os sectores, mas particularmente na agricultura.

“Milhares de agricultores, do Norte a Sul de Portugal, viram-se privados de recursos a que tinham direito”, afirmou ao encerrar esta tarde, na Cúria, uma universidade de Verão da JSD sobre a Europa.

Na perspectiva da líder social-democrata, o Governo tem demonstrado “ausência de visão clara sobre o que é estratégico para Portugal”.

Para Manuela Ferreira Leite, se o Governo falhou nos três anos e meio de governação, não seria agora, perante a crise, que iria ter a capacidade que não demonstrou antes.

Para Manuela Ferreira Leite, se o Governo falhou nos seus anos de governação, não seria agora, perante a crise, que iria ter a capacidade que não demonstrou antes.

“Nos últimos quatro anos, o Governo socialista desperdiçou irresponsavelmente os recursos postos à disposição dos agricultores portugueses e destruiu sem critério a capacidade da administração para absorver os apoios da política agrícola comum”, observou. No entendimento de Manuela Ferreira Leite, “apesar da propaganda com que se tem tentado disfarçar a desorientação do Governo, este tem persistido, para além do razoável, em medidas insensatas, em políticas erradas, ao mesmo tempo que tem recusado ouvir e ponderar qualquer proposta alternativa”.

“Quando já era evidente para todos o insustentável nível de endividamento externo de Portugal, o Governo continuava a apostar nas grandes obras públicas para as quais não existem recursos nacionais para as suportar”, salientou.

Manuela Ferreira Leite desafiou os jovens a “continuar a lutar para impedir que um Governo em fim de mandato, irresponsavelmente, tome decisões que comprometam as gerações futuras”, e



lembrou que ainda recentemente o executivo avançou com um novo traçado para o TGV com um “insustentável aumento da despesa pública”.

“É um assunto que vos diz directamente respeito, e por isso tem o dever cívico de combater, se não querem ficar condenados a uma situação sem retorno. Não duvido que estas decisões sobre grandes investimentos públicos conduzirão ao empobrecimento do país”, declarou.

Centrando o seu discurso nos jovens, Manuela Ferreira Leite frisou que são eles que verão no futuro “coarctadas as suas legítimas expectativas”, mas também porque “recairá sobre eles a imensa tarefa de recuperação do país”.

“Estamos a assistir de dia para dia a uma escalada perigosa em que o Governo está muito mais preocupado em justificar o injustificável do que em fazer as opções

correctas para o país”, observou.

No seu entendimento, “sobretudo o que agora está patente é uma falta total de sentido do interesse nacional em troca da defesa de alguns interesses”.

Enquanto na Europa os líderes se concertam para combater a crise, salientou, “em Portugal o Governo persegue orgulhosamente só, inebriado com o seu poder, com a sua teimosia, e assim esquecendo os verdadeiros interesses dos portugueses”.

Para Manuela Ferreira Leite, neste domínio não se trata de uma luta partidária, por se estar perante “um momento de crise em que todos deveriam, responsabilmente, ter a oportunidade de contribuir para atenuar o sofrimento de milhões de portugueses”.

“Por cá só o Governo é que sabe. Por isso mesmo corremos o risco de só os portugueses ficarem sozinhos à porta da recuperação quando a crise passar”, concluiu. (Nota: em seguida, registamos na íntegra, o texto do discurso proferido pela Presidente do PSD)

As palavras de Manuela Ferreira Leite no encerramento

«...A incompetência que tem sido exibida por este Governo no aproveitamento dos recursos europeus postos à disposição da economia nacional...»

Senhores Deputados Europeus, Senhores Deputados, Senhor Presidente da JSD, Caros Companheiros e Amigos, as minhas primeiras palavras são de natural felicitação a todos os participantes nesta “Universidade Europa”.

Felicitação ao Instituto Francisco Sá Carneiro, à JSD e ao Grupo Europeu do PSD por mais esta importante e bem sucedida iniciativa. Uma felicitação particular à equipa liderada pelo Deputado Europeu Carlos Coelho, que uma vez mais procurou e atingiu a excelência de organização a que nos habituou.

E uma felicitação calorosa aos alunos desta Universidade.

A vossa presença e a qualidade da vossa participação mostram bem o interesse que vos desperta, muito justificadamente, a questão europeia.

E a justificação é que a Europa é a nossa casa.

É na Europa que Portugal tem de saber trilhar os caminhos de desenvolvimento e de elevação dos patamares de qualidade de vida a que os Portugueses têm direito.

O PSD é, desde Sá Carneiro, um partido convictamente europeísta.

Não é concebível a um País como o nosso viver isolado ou de costas voltadas para a Europa e não é demais realçar o contributo decisivo dado pelo nosso Partido para que hoje integremos plenamente esta comunidade.

É um trabalho que nunca está terminado e em que a nossa participação deve ser cada vez mais exigente e mais activa.

É por isto mesmo que a vossa participação em iniciativas como estas são essenciais.

Nos mais de vinte anos que levamos de integração europeia, habituámo-nos a encarar a Europa como motor e parceiro para o nosso desenvolvimento.

Sem essa integração, não teríamos podido certamente alcançar o nível de





desenvolvimento que hoje conhecemos.

Mas esse resultado não foi alcançado só porque aderimos à União Europeia.

Esse resultado não foi automático.

Esse resultado foi alcançado com políticas correctas, com muito empenho, muita negociação, muita imaginação.

Os parceiros europeus reconheciam-nos competência e ambição em defender os nossos interesses.

Isso pressupõe lealdade para com os nossos parceiros europeus, e sobretudo que o Governo tenha capacidade de entender os problemas essenciais do País.

Neste momento de crise, seria particularmente importante que os responsáveis políticos Portugueses soubessem aproveitar a solidariedade europeia e soubessem concertar as políticas adequadas aos problemas específicos com que o nosso País se confronta.

O que não pode acontecer é, por exemplo, a incompetência que tem sido exibida por este Governo no aproveitamento dos recursos europeus postos à disposição da economia nacional.

É uma incompetência que se alastra a praticamente todos os programas comunitários.

Mas que é especialmente gritante, eu diria revoltante, no caso da agricultura.

Nos últimos quatro anos, o Governo socialista desperdiçou irresponsavelmente os recursos europeus postos à disposição dos agricultores Portugueses e destruiu, sem critério, a capacidade da nossa Administração para absorver os apoios da política agrícola comum.

É patente no Governo a ausência de uma visão clara do que é necessário e estratégico no plano interno.

Centenas de milhares de agricultores, do norte ao sul de Portugal, foram privados de recursos a que têm direito.

Mas como disse, a incapacidade deste Governo no correcto aproveitamento dos meios e recursos que Portugal tem à sua disposição no quadro europeu tem, infelizmente, sido transversal, o que não é de espantar quando é patente a ausência de uma visão clara do que é necessário e estratégico no plano interno.

Um Governo que falhou estrondosamente na política económica ao longo de três anos e meio do seu mandato, dificilmente teria capacidade para acompanhar as respostas que a Europa tem dado à actual crise financeira, seleccionando e adaptando para Portugal aquelas que mais se adequavam à nossa realidade.

De facto, apesar de toda a propaganda com que se tem tentado disfarçar a desorientação do Governo, este tem persistido, para além dos limites do razoável em medidas insensatas, em políticas erradas, ao mesmo tempo que tem recusado ouvir e ponderar qualquer proposta alternativa.

Quando já era evidente para todos, o insustentável nível de endividamento externo, o Governo apostava e continua a apostar nas grandes obras públicas, para as quais não existem recursos nacionais para as suportar.

E sobre este facto não posso deixar de sublinhar que mesmo as vozes que ao princípio se levantaram em defesa das propostas absurdas do Governo, já hoje praticamente todas se calaram, não sei se por convicção ou por vergonha, e, assim,



nesta matéria, como noutras, o Governo está a falar sózinho.

A obstinação vai ao ponto de até há poucos dias nos terem surpreendido com um traçado para o TGV que não só

acarreta um insustentável aumento da despesa pública, como envolve, imagine-se, passagem pela OTA.

Nem vale a pena comentar as atabalhoadas explicações com que o Ministro

da pasta insiste em enganar-nos, mas vale a pena mobilizarmo-nos, especialmente os jovens, para continuar a lutar para impedir que um Governo, em fim de mandato, irresponsavelmente, tome decisões que comprometam irremediavelmente gerações futuras.

É um assunto que vos diz directamente respeito e que, por isso, têm o dever cívico de combater se não querem ficar condenados a uma situação sem retorno.

Não duvido que estas decisões de grandes investimentos públicos, conduzirão ao empobrecimento do País e é por isso que são os jovens aqueles que mais duramente sofrerão os seus efeitos.

Não só porque ficam coarctadas as legítimas expectativas que acalentam, em relação ao seu futuro, mas porque recairá sobre eles a imensa tarefa de recuperação do País, para além dos pesados encargos que terão de pagar no futuro.

É que estamos a assistir, de dia para dia, a uma escalada perigosa em que o Governo está muito mais preocupado em justificar o injustificável e em esconder a sua desorientação, do que em fazer as opções correctas para o País.

À beira de um período eleitoral intenso, o Governo já ultrapassou a fase em que andou a enganar os Portugueses e, aquele pretense estilo reformista com que tentou imitar o PSD, deu agora lugar a atitudes desabridas, à impaciência crispada e, como consequência natural, à sucessão de disparates.

Mas sobretudo, aquilo que agora está patente é uma falta total de sentido do interesse nacional, em troca da defesa de alguns interesses e isso nunca foi, nem será, comigo à frente do Partido, uma marca do PSD.

O Governo passou da imitação ao seu habitat natural. Deixou cair a máscara.

E assim, enquanto na Europa os Governos se acertam e ponderam maduramente as medidas de intervenção para combater a crise, tentando não comprometer o futuro, em Portugal, o Governo





prosegue orgulhosamente só, inebriado com o seu poder, com a sua arrogância, com a sua teimosia e assim esquecendo todos os dias os verdadeiros interesses dos Portugueses.

Caros Amigos, não estamos aqui perante uma luta partidária.

Trata-se de um grave momento de crise em que todos deviam responsabilmente ter a oportunidade e o dever de contribuir para atenuar o sofrimento de milhões de Portugueses e as angústias de

de críticas e o PS ignorou olímpicamente este sector da economia.

Mas não nos iludamos, porque o PS, mesmo quando aparenta arrepiar caminho, não é capaz de executar o que anuncia porque não o faz por convicção, mas por conveniência política. Quando essa conveniência desaparecer, nunca mais falará do assunto.

Veja-se o que se passou na Europa.

Votou favoravelmente, em bloco, no Parlamento Europeu, medidas a favor

Declarações da Presidente a propósito da nomeação do Provedor de Justiça

A Presidente do PSD, a propósito das movimentações políticas que se têm verificado sobre a nomeação do Provedor de Justiça, convocou uma conferência de Imprensa, na qual fez a seguinte declaração, que é a posição oficial do nosso Partido sobre o assunto:

os princípios que devem enformar esta escolha.

O Partido Socialista tem de perceber que não é por ter uma maioria absoluta que se pode arrogar no direito de escolher e indicar os titulares para todos os altos cargos do Estado.

Foi, por isso, com espanto que ouvi o Primeiro-Ministro tentar atribuir ao PSD responsabilidades pelo atraso neste processo e ameaçar avançar sozinho nesta escolha.

Foram declarações infelizes, ao arrepio do sentido de Estado com que o assunto deve ser tratado.

Se o Eng. Sócrates entende que pelo facto de ser Primeiro-Ministro é dono dos cargos públicos, eu quero dizer-lhe que não é.

Não lhe reconheço nem aceito esse direito.

Reclamo mesmo outro respeito por princípios democráticos nas escolhas públicas.

O PSD continuará a aguardar o necessário consenso para a proposta que apresentámos.

A escolha do Provedor de Justiça tem de respeitar os princípios que a dignidade e a natureza da Instituição exigem.

- (Gab. Presidente)

A nossa Presidente em Bruxelas, para a mini-cimeira do PPE

Manuela Ferreira Leite deslocou-se quinta-feira a Bruxelas para participar na mini-cimeira do PPE (Partido Popular Europeu), a família política europeia do PSD, que antecede o Conselho Europeu da Primavera.

A líder do PSD teve ainda encontros bilaterais com o presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pottering, e o presidente do grupo PPE-DE (Partido Popular Europeu e Democratas Europeus), Joseph Daul.

Os líderes das grandes famílias políticas europeias, PPE (democratas cristãos) e PSE (socialistas), realizam reuniões separadas que antecedem o Conselho Europeu que começa às 16:00 (15:00 de Lisboa) de quinta-feira e termina sexta-feira.

A reunião conhecida por Cimeira da Primavera trata todos os anos, principalmente, temas económicos.

Os líderes dos 27 irão também fazer o ponto da situação da Estratégia de Lisboa de modernização da economia europeia e preparar a cimeira do G20 que se realizará a 02 de Abril em Londres.

A presidente do PSD manifestou-se segunda-feira, em Lisboa, a favor da coordenação nas políticas europeias contra a crise depois de ter sido recebida pelo primeiro-ministro, José Sócrates, num encontro habitual que antecede as Cimeiras europeias.

Manuela Ferreira Leite, afirmou que a redução na prestação da casa para desempregados é mais “um anúncio” do Governo que não sabe se será concretizado, e que até poderá ser “bastante negativo”.

Afirmando que já está “habituada a que haja muitos anúncios sem qualquer espécie de concretização”, a presidente do PSD disse que necessita de ver como é que o Governo de José Sócrates tenciona concretizar essa medida e alertou que a mesma “pode criar problemas às famílias muito mais graves do que aqueles com



todos os europeus.

Quando há muitos meses o PSD alertou para a necessidade de nos concentrarmos nas PME, ouvimos um coro de críticas e o PS ignorou olímpicamente este sector da economia

É que não são apenas as Cimeiras Europeias que deveriam merecer maior atenção por parte deste Governo.

Era também essencial, eu diria mesmo, determinante que o Governo atentasse sobretudo na atitude política que se gerou na Europa na procura de consensos e um respeito humilde perante todos os contributos positivos e necessários.

Por cá, pelo contrário, só o Governo é que sabe, e, por isso mesmo, corremos o risco de só os Portugueses ficarem sozinhos à porta da recuperação quando a crise passar.

É também por isso mesmo, que a situação do País tem um rosto, apenas um – o do Primeiro-Ministro.

É verdade que se assiste a um frenesim de anúncios de medidas em várias direcções, parecendo que finalmente por exemplo, as PME passaram a ser alvo das atenções do Governo.

Quando há muitos meses o PSD alertou para a necessidade de nos concentrarmos nas PME, ouvimos um coro

das PME em que algumas delas eram as mesmas que votou contra no Parlamento Nacional.

Percebe-se que votou a favor, por vergonha, no Parlamento Europeu. Não pode ter sido por convicção.

Mas o que melhor se entende é que defendeu lá fora o que não pratica cá dentro.

Caros Amigos, temos de estar preparados e lutar com todas as nossas forças para que das próximas eleições saia um Governo melhor, muito melhor, do que este a que os socialistas condenaram o País nestes 4 anos.

O PSD acredita que é possível recuperar o tempo perdido e acertar o passo com a Europa no promissor caminho do desenvolvimento e do progresso.

Aos jovens do nosso País cabe muita dessa responsabilidade.

Sei que os jovens sociais democratas, não só os que estão aqui presentes, como os que encontro no País, têm consciência do seu papel e saberão dizer presente.

O PSD orgulha-se do dinamismo da JSD e da sua consciência cívica e política, o que iniciativas como estas confirmam.

Tenho confiança na capacidade e determinação aqui renovadas.

Tenho confiança nos nossos valores e nas nossas convicções, aqui reafirmados.

Tenho esperança em Portugal e estou certa que esta esperança se cumprirá convosco. - Gab. Presidência



que se debatem hoje”, pois se trata apenas de uma moratória, que terá de ser paga na totalidade, possivelmente quando as famílias começarem a recuperar alguma folga, que lhes será, por isso, retirada, prolongando, afinal, a crise.

Na véspera, o primeiro-ministro tinha anunciado na Assembleia da República que as famílias com desempregados vão beneficiar de uma redução de 50 por cento com a prestação da casa, tendo Sócrates explicado que o seu executivo, em conjunto com as instituições financeiras, vai criar uma “moratória nas prestações de crédito à habitação”, que se poderá prolongar por dois anos e que pode ser requerida até ao fim deste ano.

Manuela Ferreira Leite advertiu que a medida poderá ter um impacto “bastante negativo se, por exemplo, as famílias tiverem que obrigatoriamente devolver esse dinheiro daqui a dois anos”.

“Não sabemos como é que está a situação daqui a dois anos, não sabemos como é que está a situação das famílias, e, portanto, se isso for assim é negativo”, afirmou.

A líder social-democrata insistiu todavia que é necessário esperar para ver se a medida é efectivamente implementada, e quantas pessoas abrangerá, pois duvida da materialização dos anúncios do Governo.

“Ainda há bem poucos dias vimos o anúncio daquela iniciativa sobre os painéis solares, achámos era uma medida que poderia de alguma forma fomentar algum crescimento na economia e alguma resolução do problema do emprego, que poderia ser uma ajuda às famílias ou às empresas, e passadas poucas semanas percebeu-se que se tratava de uma ajuda de tipo “cambão”, a apenas duas empresas, quando em Portugal existem 4.000 empresas nesta área”, apontou.

Visita ao Concelho de Alenquer

A presidente do PSD esteve hoje no

concelho de Alenquer, onde visitou a empresa Luís Simões e se reuniu com outras pequenas e médias empresas, e disse ter encontrado “uma enorme preocupação por parte dos empresários”.

No final de um encontro com representantes de pequenas e médias empresas da região, que durou cerca de duas horas, Manuela Ferreira Leite disse aos jornalistas que encontrou “uma situação muito semelhante à das outras zonas do país, uma enorme preocupação por parte dos empresários”.

“Debtem-se com aquelas questões que nós temos vindo sempre a sublinhar: a ausência de apoios no crédito, a questão dos prazos de pagamento do IVA,

questões relacionadas todas com as suas dificuldades de tesouraria”, acrescentou, descrevendo a situação das empresas como uma “luta pela sobrevivência”.

A presidente do PSD conversou com os empresários no Portal da Vinha e do Vinho do Oeste, na vila de Alenquer, perante um cenário branco com o lema “Chegou a hora da verdade”, em que o “V” é formado por dois dedos em gesto de vitória - imagem presente nas suas iniciativas desde o início de Fevereiro.

“Eu estive a ouvi-los e depois de os ouvir explicitar as minhas ideias acerca da matéria, tentando transmitir-lhes a minha visão sobre a origem dos problemas que

sentem e sobre os meios que é possível utilizar-se de imediato”, disse.

A presidente do PSD destacou as dificuldades “relacionadas com o sector agrícola”, que considerou não serem novidade “porque estamos com um ministro da Agricultura que apostou na destruição da agricultura e não no seu desenvolvimento”.

Manuela Ferreira Leite reiterou as acusações ao Governo de desperdício de fundos comunitários para a agricultura, o que apelidou de “inimaginável” tendo em conta “a situação em que o país se encontra”.

“Eu penso que é a primeira vez que tal acontece porque nunca nenhum Governo cortou no investimento público necessário para ter as contrapartidas para obtenção dos recursos comunitários”, disse.

Antes do encontro com representantes de pequenas e médias empresas, a presidente do PSD esteve nas instalações da empresa de logística e transporte Luís Simões, no Carregado, concelho de Alenquer, distrito de Lisboa.

A dirigente social-democrata visitou o centro de operações logísticas da empresa, inaugurado em Novembro do ano passado pelo Presidente da República, Cavaco Silva.

Manuela Ferreira Leite justificou a visita dizendo que a Luís Simões “é uma empresa de um enorme sucesso, faz uma aposta na inovação extremamente importante e também é preciso que vejamos os aspectos positivos que existem no nosso sistema produtivo, não apenas as questões negativas”.

“O Governo - e é para isso que eu me preparo - tem a obrigação de conhecer aquilo que é um êxito, mas tem a obrigação de se preocupar fundamentalmente com aquilo que precisa de medidas adicionais e diferentes para resolver os problemas das empresas que estão à espera que o Estado tome medidas”, defendeu.

- Fonte: Lusa





Bancada Parlamentar prevê agravamento do desemprego no futuro próximo

O PSD considerou que “não é surpreendente” o aumento de 17,7 por cento dos desempregados inscritos nos centros de emprego e prevê um agravamento do desemprego nos próximos meses.

Os sociais-democratas defendem que o Governo deve aceitar as suas propostas para tentar contrariar o aumento do desemprego e argumentam que, se insistir em actuar sozinho, o executivo socialista aumenta a sua responsabilidade perante a situação do país.

O número de inscritos nos centros de emprego aumentou 17,7 por cento em Fevereiro deste ano em relação ao mesmo mês de 2008, o acréscimo mais elevado desde Dezembro de 2003, divulgou hoje o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

De acordo com o IEFP, no final de Fevereiro deste ano havia 469.299 desempregados inscritos, mais 70.720 do que em Fevereiro de 2008. Em relação a Janeiro deste ano, registaram-se mais 21.333 inscritos, um aumento de 4,8 por cento.

“Confirma-se talvez o pior dos cenários. Um aumento de 17,7 por cento em relação a Fevereiro do ano passado é realmente um aumento substancial. Um aumento de quatro por cento mensal é também substancial”, reagiu o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Hugo Velosa.

Hugo Velosa disse que, para o PSD, este aumento dos desempregados inscritos “não é surpreendente”.

“Infelizmente, segundo os dados que temos, a situação vai degradar-se nos próximos meses”, anteviu o deputado do PSD.

Segundo Hugo Velosa, “não deve ser o Governo isoladamente a tomar medidas, o Governo não deve de forma arrogante actuar sozinho com as suas medidas em áreas desta importância”.



“O PSD tem apresentado múltiplas propostas para aumentar a liquidez das pequenas e médias empresas (PME) de forma a manter o emprego. Ao não aceitar propostas do PSD, a responsabilidade do Governo será muito maior pelo que está a acontecer no país”, acrescentou.

Paulo Rangel denuncia “tentativa de hegemonização de cargos”, pelo PS

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, acusou o PS de “tentativa de hegemonização de todos os cargos” e apontou essa atitude como um obstáculo à escolha do novo Provedor de Justiça.

“A tentativa de hegemonização de todos os cargos por parte do PS é objectivamente um obstáculo ao encontrar de uma solução”, declarou Paulo Rangel aos jornalistas, no Parlamento.

Em entrevista à revista Visão, o actual Provedor de Justiça, Nascimento Rodrigues, faz declarações no mesmo sentido, acusando o PS de “apetite pelo lugar do Provedor de Justiça”.

“O PS já ocupa todos os altos cargos públicos, faz lembrar o Zeca Afonso: ‘eles comem tudo’”, disse Nascimento Rodrigues, defendendo que deveria caber ao

PSD a escolha do seu sucessor, “embora por consenso, num quadro mais vasto de equilíbrio de poderes”. De acordo com Paulo Rangel, Nascimento Rodrigues “chama a atenção para um aspecto que é lógico para toda a gente: a tentativa de hegemonização de todos os cargos pelo PS”.

“O incómodo do senhor provedor é perfeitamente legítimo e justo”, considerou o líder parlamentar do PSD, recomendando a leitura da entrevista à Visão.

Paulo Rangel foi interrogado sobre as declarações feitas na quarta-feira pelo primeiro-ministro, José Sócrates, admitindo a possibilidade de o PS avançar sozinho na proposta de um nome “porque não é legítimo esperar mais tempo”.

“Se o senhor primeiro-ministro quer apresentar um candidato, isso qualquer um pode. O Bloco de Esquerda também pode, o PCP pode, nós podemos. Isso é um problema que ele terá de resolver. Mais importante às vezes do que o prazo é encontrar uma solução que depois os deputados sufraguem”, reagiu.

Segundo Paulo Rangel, “as regras constitucionais, que impõem uma eleição por dois terços, por votação secreta, têm uma razão de ser, mas têm consequências”.

“É preciso que depois os deputados sufraguem as soluções, não basta ter um acordo entre os dois maiores partidos”, assinalou.

O dirigente social-democrata afirmou que “o PSD está a fazer todos os esforços para que se resolva esta questão bem resolvida – com uma solução consensual – e dentro do prazo mais breve possível”.

Questionado sobre quando poderá haver um nome acordado entre PSD e PS, Paulo Rangel respondeu: “Pode ser amanhã e pode ser daqui a quatro ou cinco meses”.

Paulo Rangel desvalorizou a questão do prazo de escolha, referindo que “se olharmos para trás não é a primeira vez que se espera um ano”.

“Isso faz parte do sistema. Não vejo isso dramaticamente”, acrescentou.

PSD espera resposta do PS sobre Provedor, desde 2008

O PSD está à espera, desde o ano passado, de uma resposta do PS ao “independente, em plena actividade, muito qualificado e considerado no meio académico” que propôs para Provedor de Justiça.

O nome da doutorada em Direito e professora universitária Maria da Glória Garcia, de 55 anos, divulgado pela comunicação social como sendo a proposta feita pelo PSD no final de 2008, não foi desmentido pelo partido.

Fonte social-democrata declarou à agência Lusa que “o PSD apresentou um nome ainda no ano passado”, alguém





descrito como “independente, sem actividade partidária, em plena actividade e não em final de carreira, muito qualificado e muito considerado no meio académico”.

“O PS nunca disse nem que sim nem que não, não respondeu sequer. Este ano começou a lançar nomes na praça pública e há cerca de uma semana avançou com o nome de Jorge Miranda”, relatou a mesma fonte.

Por não aceitar o procedimento dos socialistas e aguardar uma resposta ao nome que propôs no ano passado, que considera ser “tão bom como o proposto do PS”, o PSD “não deu qualquer resposta” à proposta do constitucionalista Jorge Miranda, não a tendo recusado nem aceite, resumiu a mesma fonte social-democrata.

Dizer que o PSD recusou essa proposta “é mentira”, sublinhou.

No mesmo sentido, a presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, considerou no domingo, em Coimbra, que “o nome do professor Jorge Miranda é muito bom, é uma pessoa muito respeitável”, mas que o nome proposto pelo seu partido “é igualmente bom e igualmente respeitável”.

Na sexta-feira passada, na sede nacional social-democrata, Manuela Ferreira Leite disse que “há muito tempo” o PSD propôs para Provedor de Justiça “uma personalidade independente, de indiscutível competência técnica, para com isenção ser a voz da defesa dos cidadãos”.

Também nessa ocasião Manuela Ferreira Leite criticou a atitude dos socialistas, acusando-os de deixar a proposta do PSD sem resposta: “O PS nunca se dignou responder se concordava ou discordava. Numa atitude de imposição, optou por ensaiar uma inusitada indicação de sucessivos nomes alternativos”.

“Quero deixar claro que, para nós, não estão em causa as pessoas, mas sim os princípios que devem enformar esta escolha. O PS tem de perceber que não é por ter uma maioria absoluta que se pode arrogar no direito de escolher e indicar os titulares para todos os altos cargos do Estado”, concluiu a presidente do PSD.

O PSD reclama ter tido neste processo uma conduta distinta do PS, nunca tendo tornado públicos os nomes referidos durante a negociação, e não abdica do princípio de que deve ser o maior partido da oposição a indicar o Provedor de Justiça.

Paulo Rangel desmascara intervenção de Sócrates no debate quinzenal

O primeiro-ministro, José Sócrates, acusou hoje o PSD de ter ‘duas caras’ quanto ao pagamento de dívidas e o líder parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, respondeu que o Governo é que tem duas caras, lembrando promessas não cumpridas.

Na sua intervenção durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro, Paulo Rangel começou por comentar as medidas hoje anunciadas por José Sócrates, acusando-o de “chorar lágrimas de crocodilo com o apoio às famílias” e de se lembrar delas “a seis meses de eleições”.

O primeiro-ministro aproveitou a resposta a Paulo Rangel para lhe colocar uma pergunta sobre o chumbo do PSD



na Assembleia Municipal de Lisboa à contracção de um empréstimo de 36 milhões de euros para pagamento de dívidas a fornecedores.

Paulo Rangel recusou responder, argumentando que José Sócrates procurava entrar num “debate autárquico” num espaço para “tratar de questões nacionais” e referiu que o primeiro-ministro “está sempre a dizer que não se pode confundir o debate autárquico com o debate nacional”.

O líder parlamentar do PSD observou que não se espanta “que o presidente da Câmara de Lisboa às vezes queira fazer de primeiro-ministro ou de ministro da Administração Interna”, mas que ficou surpreso por ver Sócrates a “fazer de presidente da Câmara Municipal de Lisboa”.

Paulo Rangel observou que talvez “o senhor primeiro-ministro esteja com ideias de ainda ir concorrer à câmara de Lisboa” e que isso “é capaz de ser uma saída airosa”.

“Não se disfarça a hipocrisia e o facto de se ter duas posições com graçolas de baixo nível”, respondeu José Sócrates.

O líder parlamentar do PSD pediu então a palavra para defesa da honra e devolveu a acusação: “Duas caras tem um Governo que promete 150 mil empregos e acaba com a taxa de desemprego que está, duas caras tem um Governo que promete subir os empregos e aumentou a carga fiscal em cinco pontos nestes quatro anos, duas caras tem um Governo que promete crescimento económico de três por cento

e que vai ter um crescimento negativo dos mesmos três por cento durante este ano”.

“Essas é que são as duas caras que o senhor primeiro-ministro não quer mostrar ao país. Não quer discutir o país porque o país não lhe agrada. Teve vergonha de comemorar os quatro anos de Governo. Eu compreendo-o bem. Se estivesse no seu lugar também tinha vergonha de comemorar quatro anos de Governo”, rematou Rangel.

Aguiar Branco e a oposição do PSD a medidas que causem mais endividamento aos Portugueses

O vice-presidente do PSD Aguiar Branco retribuiu hoje ao Governo a acusação de insensibilidade social feita à presidente social-democrata, Manuela Ferreira Leite, e reiterou a oposição do seu partido a medidas que causem “mais endividamento”.

A acusação de insensibilidade social à presidente do PSD foi feita hoje pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, em reacção à posição crítica de Manuela Ferreira Leite quanto à criação de uma moratória destinada a desempregados com prestações de crédito à habitação.

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, José Pedro

Aguiar Branco reiterou essa posição crítica por parte do PSD, considerando que “insensibilidade social é juntar mais endividamento ao grave endividamento que já existe por parte das famílias portuguesas”.

“Nós lamentamos que mais uma vez o Governo não oiça o PSD. Lamentamos que continue numa estratégia de ilusão em relação aos portugueses”, disse o dirigente social-democrata, em resposta às palavras do ministro da Presidência.

“Insensibilidade social é o Governo persistir nas mega obras infra-estruturais. Insensibilidade social é persistir na construção de uma terceira via de auto-estrada Lisboa-Porto. Insensibilidade social é não aplicar esse dinheiro para pagar às pequenas e médias empresas (PME) aquilo de que precisam para manter o emprego” acrescentou.

Devolvendo a acusação ao Governo, Aguiar Branco disse ainda que “insensibilidade social é persistir em não diminuir a taxa social única” e “não fazer o alargamento do subsídio de desemprego”.

A medida, anunciada na quarta-feira pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante o debate quinzenal no Parlamento, consiste numa redução de 50 por cento da prestação do crédito à habitação durante um prazo de até dois anos, podendo ser requerida até ao final do corrente ano, mas que terá de ser paga, mais tarde e acrescida à dívida global.

Hoje, em Bruxelas, Manuela Ferreira Leite considerou que a moratória “pode criar problemas às famílias muito mais graves do que aqueles com que se debatem hoje” e advertiu para a possibilidade de ter um impacto “bastante negativo se, por exemplo, as famílias tiverem que obrigatoriamente devolver esse dinheiro daqui a dois anos”.

Já na quarta-feira, durante o debate quinzenal, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, tinha contestado a medida, dizendo que o Governo “vem resolver um problema criando mais dívidas para as famílias, mais uma linha de crédito”.

“As famílias já estão atoladas em dívidas e a solução que o Governo lhes oferece é aumentar essas dívidas”, criticou Paulo Rangel. - Fonte: Lusa





Intervenção do Deputado Adão Silva

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados: agora que a crise social se abateu, de forma inclemente, sobre os Portugueses, o Governo responde com medidas pontuais e desgarradas.

Agora que os indicadores económicos e sociais aprofundam um sentimento de mal-estar e de desânimo de milhões de Portugueses, o Governo responde com medidas incongruentes e inconsistentes.

Agora que fica claro que as diversas leis que o Governo andou a produzir no âmbito social não são resposta para os desafios que colocam as crescentes dificuldades sociais, o Governo parece ter caído num torpor que chega a meter dó.

Agora que o Primeiro-Ministro José Sócrates não tem políticas para responder aos problemas da pobreza, da exclusão, da falta de apoio aos mais carenciados, nomeadamente os mais idosos e os desempregados, deixa que o Secretário-geral do PS, José Sócrates nomeie o Ministro da Solidariedade Social para a função de principal responsável da estratégia eleitoral do Partido Socialista.

Assim se vê a preocupação deste Primeiro-Ministro com os problemas sociais.

Ao invés de exigir do seu Ministro da Solidariedade a máxima preocupação e o maior empenho no seu posto Governamental, retira-o para satisfazer ambições eleitorais partidárias.

Os Portugueses já perceberam uma coisa simples: este Governo não tem soluções para a crise.

Este Governo não consegue construir soluções estruturadas para os problemas complexos de ordem económica e social que todos os dias crescem.

Este Governo, a custo, acabou por reconhecer que o desemprego ia subir.

Custou, mas, resignadamente, reconheceu que, em 2009, o desemprego atingirá números absolutamente impensáveis e inesperados: cerca de 500.000 Portugueses fora do mercado de trabalho.

O que se devia esperar de um Governo responsável face a esta situação tão excepcional?

Medidas concretas, pois claro!

A primeira era que a legislação que este Governo produziu para o desemprego fosse revogada num conjunto vasto de preceitos, por forma a dar mais garantias na protecção dos desempregados.

O Governo, muito a custo e de forma tibia, alterou apenas a protecção social das pessoas abrangidas pelo subsídio social de desemprego.

Nesta opção, o Governo foi mesquinho.

Mesquinho porque deixou de fora centenas de milhar de desempregados que não terão direito a subsídio social de desemprego.

Mesquinho porque a medida abrangerá apenas cerca de 50.000 pessoas, quando por ano, são mais de 100.000 as pessoas abrangidas pelo subsídio social de desemprego.

Mesquinho porque os valores atribuídos ficam mais de 100 euros abaixo da prestação normal de subsídio social de desemprego.

Num tempo de desemprego crescente, de oportunidades de emprego escassas,



de precariedade no mercado de trabalho e de maior dificuldade em retomar a actividade profissional, o Governo foi mesquinho, foi cínico e andou a brincar à caridadezinha.

Por outro lado, as pensões da Segurança Social.

Esperava-se que o Governo suspendesse ou revogasse algumas regras relativas à legislação sobre pensões.

Os números não mentem: se em 2004, face a 2003, a despesa com pensões cresceu acima de 9%, nos últimos meses, aquela despesa está a crescer abaixo dos 6%.

Mais de 3% de diferença.

Ora, é bem sabido que a pobreza, em Portugal, anicha-se principalmente na população mais idosa.

Que quase dois milhões de idosos recebem pensões muito abaixo do limiar de pobreza.

Que muitas centenas de milhar de idosos, recebem pensões mínimas que, nos últimos anos têm registado crescimentos abaixo do preço do custo de vida e não dão para comprar bens essenciais como medicamentos e alimentos.

A situação é de uma conflagradora indignidade social!

Porém, o Governo prefere manter elevados saldos da segurança social, constituídos à custa de menos aumento das prestações sociais, numa rara e espantosa exibição de “Tio Patinhas”, em vez de colocar esses montantes de milhões e milhões ao serviço dos Portugueses mais carenciados.

Finalmente a relação deste Governo com a rede das Instituições Particulares de Solidariedade Social e das Misericórdias.

Portugal é um País que tem nessas Instituições um património social excepcional.

A rede de Instituições é um instrumento de envolvimento solidário da sociedade civil que qualquer País gostaria de possuir.

Essas Instituições, dirigidas por cidadãos generosos e empenhados, dão corpo

a redes de solidariedade que têm raiz profunda na nossa História e que espelham a nossa forma de sentir e de estar na vida.

Essas Instituições tornam-se especialmente preciosas num momento em que a pobreza cresce, o abandono e a solidão desesperam e os mais fracos são abandonados à sua sorte, por parte de um Estado distante, ausente e burocratizado.

Essas Instituições necessitam de um apoio acrescido para estabelecerem novos acordos de cooperação com o Ministério da Solidariedade Social, para assim poderem acolher mais e mais utentes carenciados.

Essas Instituições necessitam de apoios extraordinários por parte do Estado para que as famílias que já não podem assumir os seus compromissos não estrangulem os escassos orçamentos dessas Instituições.

Essas Instituições necessitam de mais acção e de menos promessas.

Necessitam de um Governo atento, solícito e capaz de lhes valorizar o seu empenho.

Já aqui o referimos numa intervenção recente que com o Governo do PS, Portugal empobrece.

Hoje, a propósito deste debate em torno das medidas apresentadas pelo CDS, fica mais evidente que Portugal e os Portugueses empobrecem mesmo e este Governo já não tem capacidade de dar as respostas que se impõem.

Disse.

A opinião dos outros [1]

O EGO À PROCURA DO ECO

J. Pacheco Pereira (*)

A questão do situacionismo não é de conspiração, é de respiração.

E, nalguns casos, de respiração assistida...

A narrativa dos jornalistas sobre Manuela Ferreira Leite não é sobre a sua acção política, mas sobre a sua performance comunicacional. Faça Manuela Ferreira Leite o que fizer, diga o que disser, o relato jornalístico é sempre uma espécie de meta-texto sobre se vestiu de roxo ou de branco, se tinha um cartaz atrás ou à frente, se tinha teleponto ou não, se disse soundbites ou não, se falou à hora do almoço ou do jantar, se tem ou não tem consultores de comunicação, em suma, se “tem” ou não “tem” “política de comunicação”. Tenho a certeza, absoluta certeza, de que, se um dia houver uma subida nas sondagens, ou seja se mudar a “realidade”, o que se irá dizer é que tal se deveu a uma “nova” “política de comunicação”.

A “realidade” só tem autorização para mudar se nunca invalidar as teses anteriores dos jornalistas. Percebe-se porquê: os jornalistas têm que ter sempre razão e como o seu reporting é essencial-



conseguir sair do meta-texto, nada existe fora do mundo pequeno dos meios, entre as redacções e os blogues dos jornalistas, em que cada um se mede face aos outros como adolescentes na escola. E como a “classe” é pequena, as reputações voam como o vento, os empregos estão difíceis, o pack journalism, o jornalismo de rebanho é uma forma de situacionismo. O receio de ir contra o “consenso” da classe é muito, o resultado é um enorme empobrecimento do jornalismo político.

Vamos, no entanto, admitir que o “país não ouve Manuela Ferreira Leite”. Nunca passa pela cabeça de quem escreve estas coisas que, mesmo que o título fosse verdadeiro, pudesse haver muitas outras razões para esse eventual facto.

Por exemplo: que tal se possa dever a uma desproporção artificial de meios entre governo e oposição; que tal se possa dever à existência de uma informação “pública” que o governo manipula a seu favor agressivamente; que tal se possa dever a uma descredibilização do PSD pela sua experiência governativa do passado; que tal se possa dever às suas divisões no presente; que tal se possa dever a uma quebra de confiança nos grandes partidos, que se manifesta, no actual contexto, de forma mais aguda no partido da oposição que não tem poder e por isso nem “ajudar as pessoas” pode; que tal se possa dever a uma degradação da imagem do PSD como partido político que já vem de há muito tempo; que tal se possa dever a que Dias Loureiro faça mais mal ao PSD do que Manuela Ferreira Leite bem; que tal se possa dever à aversão à mudança em tempos de crise; que tal se possa dever a tudo isto combinado; ou, que tal se possa dever a uma predisposição hostil dos jornalistas que não gostam de Manuela Ferreira Leite porque ela representa tudo aquilo que eles abominam. Todas estas hipóteses parecem malditas, e a última



então suscita fúria e bater no peito sobre a “isenção” da classe, que é o que nos sabemos. Não estou a dizer que não seja só isto e que não haja erros próprios de Manuela Ferreira Leite na equação dos resultados, certamente que há. Mas têm a certeza que são os que lhe apontam? Têm a certeza de que são tudo “erros” de comunicação?

A peça do Público de hoje (Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Por que é que o país não ouve Manuela Ferreira Leite?”) é uma daquelas peças típicas de auto-justificação, destinada a demonstrar as teses dos jornalistas mais do que qualquer realidade que lhe seja exterior. Não é uma notícia, ou uma investigação, ou um facto, é uma opinião que procura no eco de si própria a sua confirmação. É o resultado da criação de um mundo “comunicacional” que depois filtra a realidade para se alimentar na sua razão narrativa naquilo que passa no filtro. É um círculo vicioso.

Eu sei que a “realidade” a que se reduz o pensamento único dominante nos meios de comunicação social são as sondagens, mas para além de todas as dúvidas que se possam ter sobre o que é que dizem as sondagens (e eu não as coloco em causa como indicador entre outros), a questão é saber se a causalidade dos



resultados vem dos pressupostos implícitos na pergunta do artigo. Ou seja, se os resultados das sondagens “explicam” as causas dos resultados das sondagens e se esses resultados vêm da “política comunicacional” de Manuela Ferreira Leite, como está explícito no artigo. Podiam aliás vir de outra coisa muito pior para um protagonista político, da discordância

com as propostas de Manuela Ferreira Leite, mas isso introduz uma outra “realidade” demasiado complicada para o mundo simples que o jornalismo político hoje produz.

Só que, imaginem que eu propunha outro título para a peça, por exemplo: “porque é que os jornalistas não ouvem Ferreira Leite?”. Podia ser, não podia? É

exactamente da mesma natureza, só que o filtro é meu e também podia explicar as sondagens, a “realidade”. Mas não explica, nem eu penso que explique, porém ajudava a tornar menos monocórdica a explicação. E que os jornalistas não ouvem ou fazem por não ouvir, começa pelo próprio título, resultado de uma clara manipulação de uma frase de Manuela Ferreira Leite, que nunca disse que “ninguém nos ouve” referindo-se ao país, mas sim ao governo. O que se passa é uma espécie de reacção pavloviana dos jornalistas que, sempre que encontram uma frase que se presta para transformar em gaffe, a truncam do contexto e a usam noutro sentido. Interpretar a frase de Manuela Ferreira Leite fora do contexto em que foi dita, fora das frases que a acompanham, é, para ser meigo, mau jornalismo. O resultado é evidentemente perverso: tende, no mundo comunicacional claustrofóbico que é o nosso, a criar uma narrativa que depois é repetida pelo jornalismo de rebanho dominante. É isso que eu tenho chamado situacionismo, porque o seu efeito, mesmo não subjectivamente pretendido, é servir o poder que está. E o poder que está, não é uma abstracção: existe e exerce-se. (*) - J. Pacheco Pereira, Professor Universitário, escritor, comentarista político - © Abrupto

A opinião dos Outros [2]

COR DE BURRO QUANDO FOGE!

Vasco Graça Moura (*)

A cada dia que passa, José Sócrates revela as suas fragilidades confrangedoras: é um político mal preparado e enviesado, capaz de má-fé e de manipulação sem limites, arrogante e vaidoso até se dizer chega, sem nenhuma espécie de consistência ou densidade. Sempre que faz uma alusão a



Manuela Ferreira Leite, mistura alhos com bugalhos e não tem escrúpulos em distorcer o sentido de coisas que ela tinha dito. Não se pode contar com ele para um debate sério e muito menos para um combate político leal. Isto, sem falar na falta de originalidade com que capricha em imitar servilmente as inanidades proferidas pelo seu homem de mão Augusto Santos Silva, apaniguado que passa a vida a acusar os adversários de um vazio de ideias do mesmo passo que demonstra que não está propriamente cheio delas.

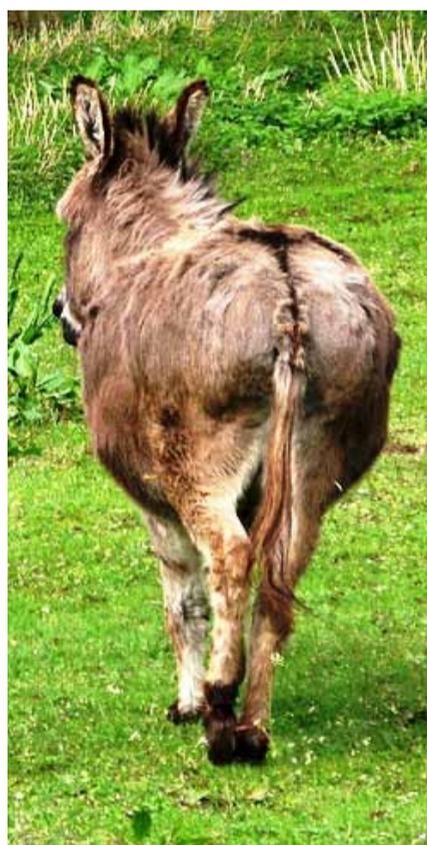
O primeiro-ministro, rodeado por médiocres criaturas de indefectível servilismo, tem uma fatal vocação para desgovernar, duvidoso mérito emparelhado com medidas e promessas de “retorno absoluto garantido” sistematicamente furadas, entre mentirolas bombásticas e desculpas de mau pagador.

No último congresso do Partido Socialista, ele invocou matérias transcentes, de suculenta e decisiva impor-

tância nacional, que o impediam de se deslocar a Bruxelas para participar na reunião informal de chefes de Estado e de Governo, retendo-o no meigo rebanho dos correligionários que tão acrisoladamente vai pastoreando. Pois aquelas matérias de coturno sublimado revelaram-se afinal tão obviamente

“cagativas” que bastou um simples apagão para serem varridas de vez da ordem de trabalhos do conclave.

Sócrates proferiu então aquela frase estorcedora e napoleónica, destinada a ser gravada a ouro nos manuais de ciência política do futuro (“a nossa legitimidade para estar na Europa começa aqui”). O mesmo sujeito enfático e verboso que se limitou a abordar o tempo de escolaridade e o ensino pré-primário como medidas salvíficas, largou ainda esta pérola requintada: “Aqui, reunidos em Congresso, o PS faz escolhas e toma decisões. É aqui que se discutem as ideias e as propostas políticas que apresentamos aos portugueses.” E acrescentou, com aquela convicção feroz de quem se quer fazer passar por uma força da Natureza sem perceber que lhe falta o gabarito: “Nós debatemos, de forma aberta, franca e pública, os problemas do País e as respostas que são necessárias. E é disto que o País precisa e é isto que o País espera de nós.”



Viu-se. Houve um debate copioso, aprofundado, fracturante e deveras ensurdecador. Com tantas ideias e propostas discutidas, com tantas respostas leistas adoptadas, Portugal já não vai para o galheiro.

Faz dó. O PS tornou-se um partido cabisbaixo. E com o PS, o Estado português tornou-se calaceiro e caloteiro.

O QREN vai com dois anos de atraso. O funcionamento da justiça pede meças à eternidade. O pagamento das dívidas do Estado às PME continua em ponto morto. Os nomes de amigalhões e compadres surgem em constelação tentacular, ligados a negociatas e tranquibérrias. As iniciativas sérias, viáveis e eficazes, adequadamente dimensionadas para a natureza e gravidade dos problemas, continuam sem aparecer.

É o Portugal da meia bola e força no melhor das suas águas turvas: umas mediocridades absolutas, umas banalidades sem remédio, uma chocante falta de rigor, uma política trapalhona, uma manipulação permanente e videirinha, umas espertezas saloias, uma teia de rabos-de-palha ainda muito longe do esclarecimento necessário.

Sócrates está-se marimbando solenemente para tudo o que não seja a promoção desenfreada da sua enfatuada pessoa e a sua própria campanha eleitoral.

Incompetente para propor e desencadear quaisquer soluções sérias para o desemprego, a economia, a insegurança, a justiça, a educação, a saúde, etc., etc., é então que se lembra de introduzir o tema da campanha a que chama negra.

Ora quem tanto se autovitima com essa rábula da “campanha negra”, fica reduzido a fazer, por sua vez, uma campanha cor de burro quando foge. Confere. -

(*) Escritor, Deputado ao Parlamento Europeu

A Tolerância, é um Valor do Povo Madeirense

Alberto João Jardim (*)

É de bom-tom, nos meios públicos, esgrimir a palavra TOLERÂNCIA e, mais abusivamente, por parte daqueles que não a praticam.

A Tolerância é uma atitude. De aceitação daquilo que é diferente, uma capacidade para admitir e respeitar ideias ou comportamentos com que não se concorda. Em Política, a vivência da diversidade, do pluralismo.

Daí que as Constituições e as Leis dos Estados democráticos determinem os limites de um vasto campo de acções livres e diversificadas, limites balizados pelos Direitos, Liberdades e Garantias que são inerentes à natureza da Pessoa Humana e pelo entendimento genérico do Bem Comum.

E que, pelo contrário, nos Estados totalitários, como por exemplo as ditaduras fascistas, as comunistas ou as de «direita», tais limites da acção permitida sejam muito mais estreitos, não havendo lugar à tolerância, à liberdade e ao pluralismo, na medida em que o indivíduo só tem Direitos no quadro do monopólio ideológico do Estado, e os objectivos do Estado totalitário se constituem dogmaticamente como exclusivo «bem comum».

Pese embora um certo clima de autoritarismo que actualmente se vive em Portugal, com este Governo socialista, a verdade é que o objectivo do 25 de Abril e da Constituição de 1976, foi o da instauração da democracia, logo a institucionalização da Tolerância.

Democracia que, na Madeira, trouxe a Autonomia Política do território, Esta também uma expressão de Tolerância, na medida em que o Estado democrático português, assim, constitucionizou territorialmente um Direito à diferença, no seu seio.

Mesmo antes do 25 de Abril, excepção para as inerências trágicas que um Estado totalitário arrasta sempre, os Madeirenses e Porto-Santenses, do ponto de vista social, dada a sua idiosincrasia, foram vivendo num clima de maior tolerância do que no Continente. Claro que sempre dentro dos limites que nos eram impostos e beneficiando da distancia física e em comunicações, que separa e separava de Lisboa.

Hoje, afirmo-o com orgulho, a Madeira é uma sociedade tolerante, cumpridora da Constituição e das leis democráticas, bem como vivendo um clima de convivência sã entre as pessoas. Ao que, na História, não é alheio o contacto permanente com outros povos, quer através do turismo bicentenário, quer através do fenómeno emigratório.

Em todos os diferentes ramos da actividade social, procura-se progredir e desenvolver no tempo, sem a falta de educação de colocar primeiro a questão das Ideias a qualquer plano da vivência que cada um tem a Legitimidade e o Direito de possuir.

Como foi então possível que campa-



nhas políticas contra a Madeira, mentirosamente viessem pondo em causa a Tolerância vivida, quando o Povo Madeirense pouco ou nada tem a aprender com o que vai no Continente? Antes, pelo contrário...

As razões, no exterior do arquipélago, são por todos nós conhecidas. A diferença política, e até de Valores, de concepções de vida, incomoda num Portugal de nove séculos que, político-culturalmente, apesar de tão centenário, poucos decénios tem de História democrática. E que foi sempre, mesmo na Idade Média, fortemente centralizado em Lisboa, pois a peculiaridade desse período histórico português revela-se na ausência de feudalismo e forte centralização do poder da Coroa, ao contrário dos restantes Estados europeus.

E quando, materialmente, não há muito por onde pegar, então os detractores, dolosamente, refugiam-se em acusações abstractas, as quais, descendo à prática e à concretização, acabam por não se provar.

Mas há também origens políticas internas ao nosso território que cumpliciam as atoardas contra a vida orgulhosamente democrática do Povo Madeirense.

Humanamente inepta, a oposição dos Partidos democráticos, alguns infiltrados, apenas encontrou o caminho do bota-abaxio, da dialéctica unicamente destrutiva ou por todos vista como de pobreza intelectual demagógica, para enfrentar a maioria que desde sempre, em Democracia, vem governando a Região Autónoma, muito também por culpa dessa oposição.

Quem não actua ou se distingue no campo do positivo, e sistematicamente se refugia sempre no negativismo do tudo contrariar ou do «nada está bem», é óbvio que, assim, auto marginaliza-se da normal evolução social e da participação credível na construção diária que faz as sociedades.

O mesmo se diga dos que só avançam com propostas cuja inexecutabilidade é facilmente perceptível pela população. E até por vezes, incluso, perceptível a

sua má-fé.

Ainda por cima, quase sempre, preguiçosamente por arrasto em relação ao trabalho político que alguns militantes e activistas, sob a capa de «jornalismo» reconhecidamente vão produzindo.

E mais. Até se confundindo (esta oposição), com o notório revanchismo político-social de que a Madeira Velha não desistiu.

Claro que tudo isto provoca uma auto marginalização desta gente em relação ao normal dia-a-dia do Povo Madeirense, empenhado na construção do seu futuro e menos preocupado com o «brincar aos partidos».

Tal oposição, se formos a ver composta por pouco mais de uma dúzia de indivíduos sistematicamente derrotados, mas que não dão lugar a outros por razões de sobrevivente evidência pública, limita-se

a existir só devido a certa «comunicação social». Mas, em concreto, nada têm a ver com a dinâmica regional. Puseram-se de fora, eles próprios.

E daí, eles que são os avessos à Tolerância, assumem-se como vítimas - para o exterior do território - ajudados e acompanhados logicamente pelas organizações comunistas regionais, em relação às quais nem vale a pena analisá-las sob o ponto de vista da Tolerância, já que todos conhecemos o que tal regime político criminosamente pratica.

Resta acrescentar, em relação aos comunistas, que a Tolerância da Democracia é tão grande, que até é tolerante com tais inimigos dos Direitos, Liberdades e Garantias da Pessoa Humana.

-(*) Advogado, Presidente do PSD/M e do Governo Regional

Cartas e Mensagens ao PSD

O drama real dos “recibos verdes” ...



O meu nome “ X “ (omitido por decisão editorial), tenho 27 anos e trabalho como tradutora freelancer, a recibos verdes.

Ao contrário da grande maioria dos trabalhadores independentes, estou numa situação real de recibos verdes.

Os meus pais desde cedo me transmitiram a importância de valores como a liberdade, a igualdade e a justiça - social e não só. Sinto orgulho em pagar os meus impostos, porque faço parte de uma sociedade que me oferece direitos, e tenho todo o gosto em cumprir os meus deveres. Quando vou a hospitais públicos, não reclamo por ter de pagar as consultas ou tratamentos, porque sei que eu tenho aqueles poucos euros para pagar, quando há muitos que nem isso têm.

Quanto à Segurança Social, ainda não tenho a minha situação regularizada, situação que gostava de resolver o mais cedo possível, não fosse o receio de dar à Segurança Social o que me poderá faltar para as necessidades básicas como a alimentação e o pagamento da casa, água, luz, etc. (considero-me uma pessoa responsável financeiramente e não tenho outros empréstimos que não o da habitação, com um valor que ronda os 300 euros).

Como trabalhadora independente, desconto na fonte 20% do meu rendimento para o IRS e, se já estivesse a pagar a minha contribuição para a segurança social, seriam mais 159,72€ por mês.

Exemplificando: se tiver um rendimento bruto de 600€, 120€ seriam para pagar o IRS e 159,72€ para a Segurança Social. Descontaria quase 50% do meu rendimento bruto e receberia 320,28€ - porque é que o salário mínimo não se aplica a todos os portugueses?

Qual é a justificação para que um trabalhador por conta de outrem pague uma percentagem do seu ordenado (fixo), e eu, que não sei se irei receber 0€, 500€ ou 5000€, tenha de pagar sempre o mesmo valor à Segurança Social?!

Pagando esses 159,72€ por mês, não tenho direito a subsídio de desemprego. Em caso de doença, a Segurança Social



não me dá qualquer apoio.

Como disse acima, tenho todo o orgulho em pagar as minhas contribuições, mas sinto-me triste e desiludida quando vejo que o Estado me trata como cidadã de segunda, quando não tenho os meus direitos básicos assegurados. Por agora, tendo um companheiro com quem dividir as despesas da casa, e não tendo filhos nem grandes despesas além das básicas, o dinheiro vai dando para chegar ao fim do mês.

Mas e se ficar sem trabalho? E se ficar doente?

Tenho uma família que sei que, caso aconteça alguma coisa, me ajudará sempre. Mas deixa-me profundamente triste saber que o Governo Português não se preocupa com cidadãos como eu - sinto-me abandonada por um sistema que sempre defendi e valorizei.

Hoje dirijo-me a vós, como meus representantes, para perguntar porque é que nenhum partido olha para a minha situação - que não é de falsos recibos verdes.

Porque é que o Estado permite que eu receba menos de 400€ por mês? Porque é que o Estado permite que eu não tenha direito a ficar doente ou desempregada? Porque é que o Estado abandonou pessoas como eu, que querem trabalhar e cumprir os seus deveres?

Porque é que o Estado permite que eu esteja numa situação em que tenho de abdicar no meu sentido de dever para viver?

E porque é que nenhum partido chama a atenção para inconcebíveis situações de recibos verdes reais, como esta?

Esta mensagem não a escrevo só por mim, escrevo-a por todos os que estão numa situação muito mais grave que a minha. Escrevo-a pelos trabalhadores independentes que têm filhos para criar, que padecem de doenças graves e não têm meios de subsistência, que tiram da sua boca para dar a uma Segurança Social que não lhes serve, salvo na longínqua reforma que todos duvidamos que seja condigna quando chegar a nossa vez de a receber.

Por favor, olhem para e por nós...

Esquadra de Polícia fechada?

(...) Fiquei estupefacto quando vi a esquadra da João Crisostomo encerrada.

Não me esqueço aqui há uns anos após ter sido assaltado no dia 1 de Dezembro à saída dum concerto [do Maurizio Pollini] por volta das 2100 horas, dirigi-me à esquadra da João Crisostomo, mal contei o que me aconteceu meterm-me num carro patrulha deram umas voltas pelas redondezas e capturaram os 2 assaltantes que foram levados a julgamento e condenados.

Assim é que se apoia a segurança - e se aumenta a confiança - dos cidadãos que bem merecem, pois pagam impostos para isso também!

Apelo ao PSD que lute para inverter esta cultura de irresponsabilidade que preside a este governo do eng. Sócrates. (...)

- Victor Ribeiro

Notícias da Madeira

Alberto João Jardim no jantar-comício em Câmara de Lobos: «Quem divide não tem condições para liderar»

Alberto João Jardim disse, em Câmara de Lobos, que «quem divide não tem condições para ser líder».

Durante um jantar-comício onde estiveram mais de 1.500 pessoas que o receberam com entusiasmo, Jardim deixou também um desejo: «Que nunca essas bandeiras laranja do PSD se deixem abater por divisões internas».

«O líder é aquele que une; a nossa confiança só pode ir para as pessoas que continuam a unir o partido», disse.

O líder do PSD-M não falou de candidatos autárquicos, mas falou do futuro e pediu ao povo camaralobense para que «não se deixe arrastar para lutas que dividem o PSD». Pelo contrário, «unam-se todos para continuar a bater os inimigos comunistas e socialistas».

Perante um povo que sempre lhe foi «fiel, leal e amigo», Jardim recordou os anos de «combates duros» e regozijou-se por os camaralobenses nunca terem vacilado no voto.

«Esta gente de Câmara de Lobos é gente rija, que faz lembrar, pensar até, que são feitos do mesmo basalto, da mesma pujança de que são feitas as rochas da ilha da Madeira», comparou.

Falando sobre o futuro, disse que o «grande desafio» será manter o patamar de desenvolvimento social, educacional e económico que a Região atingiu, mas mostrou-se confiante nesse sucesso e garantiu até que, com trabalho, «podem passar as rasteiras que quiserem ao povo madeirense, mas nós somos rijos».

Confiante no apoio que terá do povo nas próximas batalhas políticas, o líder insular disse crer que o povo está «disposto a travar o passo ao PS, que é o principal inimigo da Autonomia da Madeira».

«Não vamos ter tempos fáceis», anunciou, mas «todos sabem que foi sempre no mais apertado possível que se fez o que se fez», confortou, pedindo às pessoas para não se convencerem que a «vida está ganha».

Com o nível de desenvolvimento atingido na Madeira, continuou Jardim, já não basta às pessoas terem casa e terem deixado o Ilhéu e as furnas. Nem basta que haja escola universalizada ou assistência médica generalizada. Também não chega estar a segurar os empregos, apesar das dificuldades.

«Eu quero mais para o futuro», definiu, defendendo o aumento da economia e a criação de mais emprego e pedindo à Madeira para que «não esteja amarrada às invejas e aos ódios que sopram de Lisboa» e dos «cúmplices miseráveis» locais.

Depois de ter dito que os jovens têm a «obrigação» de não deixar a Região voltar para trás, Jardim insistiu nos cartões amarelos a José Sócrates nas Eleições Europeias e nas Autárquicas e num cartão vermelho nas Legislativas.

«A Madeira tem de se ver livre do Sócrates e dessa trupe»

Terminado o discurso, e já sobre o processo de despedimento que o Diário

Eleições juntas dá mais vantagem

A Comissão Política do PSD/M reuniu-se na semana passada e analisou datas eleitorais

O PSD/M não vê desvantagens na proximidade ou coincidência de datas das eleições autárquicas e legislativas nacionais. O assunto foi analisado ontem na reunião encontro em que também se passou em revista as relações entre os governos da Madeira e da República



de Notícias está a iniciar, Alberto João Jardim disse aos jornalistas que não tinha de comentar o que se passa no interior dos órgãos de comunicação social. Ainda assim, referiu que «há certas coisas que são resultado de formas como se encarou o jornalismo». Jardim negou qualquer responsabilidade sua no estado em que se encontra o Diário de Notícias; um produto que, a seu ver, «desceu de qualidade quanto ao conteúdo e até na própria apresentação e paginação».

O líder insular também não se mostrou surpreendido que o Diário de Notícias do Funchal tenha «perdido leitores e publicidade», porque é um «jornal que hostiliza toda a gente, diz mal de toda a gente, ataca os empresários, ataca os valores da maioria do povo madeirense (por isso) é bem natural», declarou.

Jardim negou, por outro lado, que o estado do DN resulte de concorrência desleal. «Se alguém vier com isso, eu tenho muitas histórias para contar», avisou.

A Comissão Política do PSD/Madeira fez ontem, uma análise exaustiva da situação política regional e nacional, no que concerne às preocupações que resultam da crise internacional, no aspecto financeiro e económico.

Segundo o porta-voz da reunião social-democrata madeirense, Correia de Jesus, foram ainda analisados, com particular atenção, os processos eleitorais que vão desenvolver-se ao longo deste ano, «no sentido do partido estar preparado para disputar vitoriosamente esses actos eleitorais».

O PSD/M tem pela frente eleições europeias, autárquicas e legislativas nacionais, consideradas todas elas «muito importantes», nomeadamente a corrida ao Parlamento Europeu que, segundo Correia de Jesus «terá um efeito indutor relativamente aos actos eleitorais que se seguem», tendo por isso um significado político acrescido.

É ponto assente que o candidato do PSD/M, Sérgio Marques, irá integrar a lista nacional em posição elegível, tal

como está estabelecido com a direcção nacional do PSD.

As relações entre os governos da Região Autónoma da Madeira e da República, foi outro assunto que mereceu a análise da Comissão Política Regional do PSD/M. «Foi sublinhado que a autorização para a Região contrair um empréstimo de 50 milhões de euros refere-se ao montante que já estava autorizado há

quatro anos e que a Madeira teve de esperar durante este período pela autorização do Ministério das Finanças, com todas as consequências que isso significa para o desenvolvimento e progresso da Região», salientou Correia de Jesus.

Ainda sobre esta decisão, o porta-voz da reunião recordou que os 50 milhões de euros, destinam-se a projectos co-financiados pela União Europeia.

Relativamente às eleições legislativas, Correia de Jesus referiu que os prazos constitucionais, podem fazer coincidir este acto eleitoral com as autárquicas. Essa proximidade de datas, na óptica dos social-democratas madeirenses «tem implicações políticas na preparação dos respectivos actos eleitorais e na organização das campanhas».

Segundo Correia de Jesus, o PSD/M

«admite a hipótese dos dois actos eleitorais serem coincidentes, e depois de analisada essa situação, concluímos que isso não apresentaria aspectos particularmente negativos para os nossos objectivos políticos e que ao invés até poderia ter algumas vantagens».

- Gab. Imp. PSD/Madeira

Notícias de Aveiro

Viana-Aveiro, 100 anos de geminação

A Câmara Municipal de Aveiro inaugurou a Exposição “Viana – Aveiro – 100 anos de Geminação” no dia 19 de Março, nos antigos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Com a presença do Vice-Presidente e o Vereador do Pelouro das Relações Internacionais, Carlos Santos e Pedro Ferreira, respectivamente, e do Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, a inauguração da exposição contou igualmente com uma comitiva de Aveiro, nomeadamente, os Presidentes dos Bombeiros Velhos, dos Bombeiros Novos, do Rotary Club de Aveiro, o historiador aveirense Amaro Neves e da professora e alunos da Escola Secundária Dr. Mário Sacramento que estão a fazer um trabalho sobre os 100 anos de geminação entre estas duas cidades.

Após inauguração e visita à exposição, decorreu no primeiro piso a conferência “Viana do Castelo – Aveiro, uma velha amizade” por Alberto Abreu que fez um resumo histórico acerca de geminação entre as duas cidades que se uniram por iniciativa dos Clubes Desportivos das duas cidades: Sport Clube Vianense e Clube dos Galitos. “A relação entre Aveiro e Viana do Castelo sofreu quatro interregnos, no entanto, a amizade persistiu até aos dias de hoje” explicou Alberto Abreu.

O Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo mostrou-se bastante satisfeito por este “momento tão importante, realizado no edifício mais antigo de Viana do Castelo, do século XVI, que



são os antigos Paços do Concelho”, destacando ainda que “muito antes da oficialização da geminação, houve intercâmbios culturais e desportivos entre os clubes e as agentes da sociedade civil”. Para o futuro, o edil espera que “os próximos 100 anos possam ser ainda mais frutuozos que os 100 anos já passados.”

Por fim, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Aveiro lembrou que “esta geminação nasceu como devia, rematando um forte convívio cultural e desportivo entre as populações das duas cidades. Esta é a hora oportuna de lembrar todos aqueles que correram este eixo litoral, entre Aveiro e Viana do Castelo, para unir aquelas a que consideraram, na altura, “duas almas gémeas”. Aqui recordo a gente do Clube dos Galitos, do Rancho Alegre Mocidade de Aveiro, do Grupo de Tricanas e do Rotary Clube de Aveiro, entre tantos outros que merecem a maior consideração”

“Temos um património comum de água, de mar, de pesca, e, com ele, de saudade, de religiosidade, de esperança e de alegria. Diria que temos em comum uma geografia de emoções” afirmou Carlos Santos.

A mostra reúne vários objectos tais como o sal, elementos da festa de São Gonçálio (gabão, cavacas e um ramo), estátuas do espólio municipal bem como a representação de uma marinha

de sal e da flora que se desenvolve nas suas margens. A mostra está patente até 29 de Março, podendo ser visitada de segunda a sexta-feira, das 15.00 às 18.00 horas e ao fim-de-semana, das 10.00 às 12.00 horas e das 15.00 às 18.00 horas, no r/c dos antigos Paços do Concelho de Viana do Castelo.

“Viana do Castelo – Aveiro, Uma velha amizade” (Uma publicação de 1944)

Houve muitos vianenses, nomeadamente da cidade, que participaram sobretudo nos anos de 1909, 1910, e nos anos 30 e 50, e seguintes, nas inúmeras excursões havidas. Foi uma experiência fantástica, na altura, entre duas almas gémeas.

Nos intercâmbios havidos participaram muitas agremiações de ambas as cidades, mas tudo começou por iniciativa dos adeptos e dirigentes do desporto, especificamente o Sport Club Vianense e o Club dos Galitos de Aveiro.

Houve récitas, passeios e excursões em comboios especiais, com muito carinho entre os populares das cidades irmãs. Em 1 Agosto 1937 Aveiro inaugura a Rua Viana do Castelo, aquando da visita de uma numerosa comitiva vianense.

Em Viana, em 1939, abriu um estabelecimento com o nome de “Café Aveiro”, hoje desaparecido, e que existia no local onde se situa o Montepio Geral, na rua General Luís do Rego. E em 1951, Viana do Castelo atribui o nome de “Rua de

Aveiro” a uma nova artéria da cidade.

Em 24 Junho 1972, nas suas festas da cidade, Aveiro instaura o “Dia de Viana do Castelo”.

Participações de Viana: Sport Clube Vianense (1910, 1922), Nadadores do Sport Clube Vianense (1923), Grupo Cénico de António Feijó e Grupo Cénico de Salvareno (1923), Rancho das Lavradeiras da Meadela, Poeta Alfredo Reguengo, visitas em 1936, Rotary Clube de Viana do Castelo (1956)

Participações de Aveiro: Clube dos Galitos de Aveiro e o Rancho Alegre Mocidade de Aveiro (25 Julho 1909) Grupo de Tricanas (1910, 1911), Clube de Mário Duarte, Associação Comercial, Bombeiros Voluntários, visitas em 1936, Banda dos bombeiros Voluntários, Rotary Clube de Aveiro (1956), Grupo Coral Aleluia (1966),

Alfredo Reguengo, poeta Meadelense, imortalizou a amizade das cidades de Viana do Castelo e Aveiro no poema “NAMORADOS...”

“Viana-Aveiro, velhos namorados

No encantamento dum amor ardente
E a que, nem mesmo estando separados,

Torna, a distância, o Fogo menos quente...”

“Aveirenses Ilustres”, no “Dia da Mulher”

Uma assistência notável, ficou a conhecer melhor a Aveirense Isabel da Luz Figueiredo, apresentada pelo investigador





e historiador aveirense Amaro Neves.

Segundo o orador, “esta notável Mecenas e Benemérita aveirense, nasceu em Aveiro, na terceira década do século XVII. Isabel da Luz, “mulher donzela”, provinha de famílias, de ambos os lados, associadas aos negócios do mar. Por formas diversas, acumulou uma considerável fortuna que, em último caso, reverteu para a Santa Casa da Misericórdia e, sobretudo, para o seu hospital, mas de forma que fosse muito beneficiado o convento de Santo António, por sua devoção à Ordem de S. Francisco (e beneficiou outras confrarias aveirenses).”

Amaro Neves referiu ainda que “instituiu uma colegiada, com sede na igreja daquela instituição, onde seriam cantados os ofícios divinos com qualidade e regularidade igual às grandes Dioceses e catedrais portuguesas, assim pretendendo igualar Aveiro ao melhor que, ao tempo, havia no reino. Deu também atenção à protecção de mulheres de poucos recursos existentes na vila e, bem assim aos pobres em geral. O seu funeral, em Abril de 1685, foi um cortejo extraordinariamente participado e grandioso, por honra dos seus conterrâneos.”

“Aquela colegiada manteve-se, sempre em altos pagamentos aos seus membros, no exercício da melhor Música, por mais de século e meio, sendo, neste aspecto, uma verdadeira Mecenas da vila. Paira sobre ela, na memória colectiva, um silêncio confrangedor, certamente porque o nosso maior historiógrafo antigo, Rangel de Quadros, não conseguiu identificar-lhe quaisquer membros da família, para enquadramento social – situação, felizmente, já ultrapassada. Justifica-se, pois, reabilitar quem tanto bem fez a tanta gente, pondo ao serviço da sociedade a quase totalidade dos seus imensos recursos”, explicou o investigador e historiador aveirense.

A intervenção mostrou a o entusiasmo do orador perante a vida e testamento da benemérita, tendo captado a atenção de todos os ouvintes.

Até ao dia 30, continua a exposição “Scriptorium Medieval”

Continua até ao fim do mês, no Arquivo Distrital de Aveiro, na Rua Dr. Alberto Souto, Bonsucesso – Aradas, a exposição “Scriptorium Medieval”.

Scriptorium Medieval é uma iniciativa integrada nas Comemorações Aveiro 2009 promovida pelo Arquivo Distrital de Aveiro que se prolongará até 30 de Abril. Destinada a todos os tipos de público, no âmbito da exposição serão desenvolvidas visitas guiadas por marcação onde serão explicados o espaço, as técnicas e os instrumentos utilizadas na cópia de manuscritos durante a Idade Média.

A exposição pode ser apreciada de Segunda a Quinta-feira, das 9.00 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.30 horas, sendo necessário proceder a inscrição. Para mais informações contactar o Arquivo Distrital de Aveiro, para o telefone 234 377 990 ou email mail@adavr.dgarq.gov.pt.

Este projecto conta com a assessoria técnica da Professora Doutora Maria José Azevedo Santos da Universidade de Coimbra e pretende-se com esta iniciativa mostrar um centro de difusão de cultura de um qualquer mosteiro ou catedral da Idade Média, no Ocidente Europeu. Na exposição será possível admirar o mobiliário, os instrumentos, os materiais e os utensílios indispensáveis à tarefa complexa e exigente de reproduzir um saltério, uma bíblia, um missal ou outro livro litúrgico. Em espaços semelhantes a este, foram copiados, de Portugal à Itália, da Espanha à Suíça, milhares e milhares de códices.

Copistas, mas também correctores, iluminadores, encadernadores, e outros artesãos da arte de fazer códices, foram os principais responsáveis pela constituição de preciosas bibliotecas que nem a incúria dos homens nem a voragem do tempo conseguiram destruir. Pelos scriptoria dos séculos VIII a XIII, e por todo o pessoal que citámos, na maior parte dos casos sem rosto e sem nome, mas, igualmente, pelo pergaminho, pelas penas e pelas tintas, passou inquestionavelmente, a divulgação da cultura monástica europeia.

Seminário “Saúde e Bicicleta”

Estão abertas as inscrições para o seminário “Saúde e Bicicleta” que se realizará no dia 7 de Abril, das 9.30 às 18.00 horas, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Promovido pela Autarquia no âmbito do projecto “Life Cycle: Bicicleta é Vida”, o seminário terá como temas primordiais a Saúde e a Mobilidade, destinando-se a profissionais das áreas da Acção Social,



Desporto, Ensino e Educação, Motricidade, Psicologia e Saúde e Estudantes Universitários. As inscrições podem ser efectuadas até ao dia 6 de Abril através do endereço lifecycle@cm-aveiro.pt.

Através do projecto “Life Cycle”, o Município pretende sensibilizar para a utilização de bicicleta como meio de transporte no quotidiano dos Aveirenses, desde a infância até aos seniores.

A abertura do Seminário, pelas 10.00 horas, estará a cargo do Vereador dos Pelouros da Mobilidade e de Saúde, Miguel Capão Filipe, e por uma representante do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, Isabel Seabra. De seguida, far-se-á a apresentação Oficial do Projecto “Life Cycle” pela Coordenadora do

projecto, Arminda Soares e Mário Alves.

Às 10.30 horas, o tema “Coração... relógio da vida” será abordado pelo Director do Serviço de Cardiologia do Hospital D. Pedro – Aveiro, José António Nobre Santos. Às 11.15 horas, “O contributo da Bicicleta para uma Mobilidade Sustentável” será afluído por Margarida Coelho, professora na Universidade de Aveiro. “A Bicicleta Saudável” é o assunto que o ex-médico de equipas de ciclismo, Basil Ribeiro, irá apresentar. De seguida haverá debate moderado pelo Director do Centro de Saúde de Aveiro, João Terrível. Após o almoço, 14.30 horas, o Director do Serviço de Endocrinologia do Hospital D. Pedro, Simões Pereira, apresentará “Pedalar contra a Obesidade”, seguido de José Alberto Duarte da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto que abordará a “Actividade Física. Uma necessidade vital para o ser humano”. No fim destas duas intervenções haverá debate moderado pelo médico Victor Santos.

Pelas 15.45 horas, realiza-se a Mesa Redonda “Saúde-Mobilidade-Alimentação e Actividade Física” com as intervenções de José Carlos Mota da Universidade de Aveiro, Isabel Seabra do IMTT, Victor Santos, médico, Isabel Albuquerque, nutricionista e Belmiro Couto, ex-Vereador da Câmara Municipal de Aveiro. A moderação estará a cargo de Fernando Nogueira da APPLA – Universidade de Aveiro.

Previsto para as 17.15 horas, o encerramento será feito pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia. - CM Aveiro



AVEIRO, 1937 AGOSTO 01
EXCURSÃO DE VIANA DO CASTELO

Coligação propõe conjunto de Medidas contra-cíclicas de Apoio Social e Fomento do Emprego

Em Braga, tal como em todo o País e em boa parte das economias mais desenvolvidas, vive-se hoje uma devastadora crise económica e social.

Não se conseguindo perspectivar já, nem a sua intensidade plena nem a sua durabilidade esta é uma crise que provoca um sentimento de medo e de apreensão no conjunto dos cidadãos, independentemente dos seus estratos económicos.

Daí que, como bem ilustram todos os indicadores esta seja também uma crise de confiança, sendo que dados recentes referem que a confiança das famílias atingiu o valor mínimo dos últimos 22 anos.

O decréscimo da procura e do consumo provocou um decréscimo na produção e consequentemente uma retracção no desenvolvimento económico e no emprego.

O próprio emprego assume, aliás, características crescentes de instabilidade e precariedade, proliferando os salários em atraso e os despedimentos.

Por circunstâncias várias, esta crise atinge mais fortemente os que agora ficam desempregados e muitos milhares de cidadãos, nomeadamente jovens, que se encontram à procura de emprego. Neste particular, espera-se uma taxa de desemprego com a maior subida desde os últimos 23 anos.

No concelho de Braga, entre Janeiro de 2008 e Janeiro de 2009 registou-se uma subida de cerca de 12% do número de desempregados. Embora este número seja significativo, mais preocupante fica, quando reflectimos nos desempregados e jovens à procura de emprego que são retirados das estatísticas porque são encaminhados para programas ocupacionais e cursos de formação profissional.

Esta crise “apanhou” as pessoas e as famílias num défice de organização e de falta de preocupações em poupança.

De todo este conjunto de fenómenos, resultam sintomas claros de debilidade da nossa Comunidade, a que Autarquia ou poder público algum pode ficar indiferente:

- Fragilidades de carácter psicológico, consequência do desemprego e do “ambiente” de medo e de falta de confiança que se vive;
- Aumento da violência e da criminalidade;
- Agravamento da situação das famílias que anteriormente já se podiam considerar carenciadas;
- Redução do rendimento económico das famílias, que está a conduzir ao não cumprimento dos seus compromissos financeiros com a banca e à perda das suas casas, ao corte do fornecimento de água e de luz devido ao não pagamento das tarifas devidas, ao incumprimento das mensalidades



às IPSS que prestam serviço aos seus membros (crianças e idosos), à dificuldade na aquisição de medicamentos e ao não pagamento das taxas moderadoras;

- Dificuldades económicas das IPSS no cumprimento da sua missão, e até na continuidade da melhoria do seu funcionamento (casos há de IPSS que embora com candidaturas aprovadas para novos projectos, tiveram que desistir devido a dificuldades económicas);
- Excesso de oferta de casas (só em Braga, serão mais de 15 mil as habitações devolutas), com reflexo negativo no mercado imobiliário;
- Encerramento de diversas empresas;
- Uso, algumas vezes eventualmente abusivo, de lay-off e de paralisações temporárias na produção.

Objectivos

Perante este cenário, entendem os signatários que é premente a adopção imediata de medidas que atenuem os impactos da crise sobre cidadãos e instituições e que criem condições de inversão da presente situação, mormente, no plano económico, através de estímulos ao investimento e à manutenção e criação de empregos.

Neste âmbito, não pode a Autarquia cingir-se às condições de apoio já preconizadas anteriormente ao nível dos

diferentes tarifários em vigor para serviços municipais ou de cariz municipal, devendo criar respostas que dêem uma resposta cabal à nova realidade com que nos deparámos e àquela, bem mais grave, com que nos poderemos deparar a breve trecho.

Tanto quanto é possível compartilhar as áreas de intervenção destas políticas, o conjunto de Medidas Contra-cíclicas de Apoio Social e Fomento ao Emprego, destina-se:

- à Criação de Apoios sociais adicionais para a população mais carenciada;
- à Colaboração com as Organizações de Proximidade (OP's), IPSS, Paróquias e Juntas de Freguesia, entre outras;
- ao Estímulo ao Investimento e à Manutenção e Criação de Emprego.

Neste âmbito, propõe-se:

Medidas de Apoio Social aos Cidadãos

- Concessão de um período de carência de dois meses para todas as rendas sociais em vigor. O pagamento destes dois meses será diluído nas rendas mensais de 2010;
- Alargamento da Acção Social Escolar para cidadãos acima do actual limiar de rendimento de acesso e majoração em 25% dos escalões de participação das refeições escolares;

c) Fornecimento de passe social gratuito com validade de três meses aos cidadãos desempregados após a 1ª inscrição no Centro de Emprego, com vista a reforçar a sua mobilidade na procura de colocação profissional;

d) Promover a criação de um Banco de Medicamentos, em articulação com as IPSS e as Farmácias, Parafarmácias ou demais espaços de saúde aderentes;

e) Criar um gabinete de apoio, aconselhamento e acompanhamento das famílias numa óptica de proximidade, de respeito e de fomento à participação, evitando assim as situações de exclusão e o seu agravamento, promovendo a inclusão. O Gestor Social da Família deverá ser alguém que, conhecendo a realidade local possa ajudar as famílias carenciadas e ainda as que, embora necessitando, têm vergonha e pudor de expressar as suas dificuldades.

f) Estabelecimento de parceria com a DECO e com instituições financeiras com vista à orientação de famílias sobre-endividadas no sentido de reestruturação do seu passivo e dos planos de pagamentos em curso.

Medidas de Colaboração com as Organizações de Proximidade

- Criação do Gabinete de Combate à Crise, tendo em vista a monitorização e avaliação do impacto das medidas em curso;
- Promoção de reuniões mensais



da avestruz e fazendo de conta que o problema não existia, ignorando as mais básicas necessidades dos cidadãos.

O presidente da Associação de Moradores, Adolfo Oliveira, declarou-se indignado pelo tratamento com que a urbanização tem sido brindada por parte da Câmara, “temos estaleiros de empresas que são autênticos repositórios de entulho, uma central de produção de betão que a partir das 6h00 da manhã impede quem quer que seja de ter algum sossego e dos responsáveis políticos da Autarquia só nos chegaram comentários como “Não pensem que compraram uma coisa de primeira.” “Assim é complicado”, desabafou.

Perante as promessas sem prazo dos responsáveis camarários, Adolfo Oliveira afirmou “ser normal que depois os eleitores não apareçam para votar”.

Além dos problemas da poluição sonora, ambiental e visual, também as acessibilidades à urbanização representam “um martírio” no quotidiano dos moradores. O acesso à estrada nacional continua a fazer-se por um entroncamento onde o trânsito constante impõe uma espera desesperante para quem sai da urbanização. Além disso, o facto de os mais jovens serem forçados a atravessá-la para chegar ao único equipamento desportivo

das redondezas suscita a preocupação e receio dos familiares.

Sendo certo que o arranque da primeira fase do arranjo urbanístico da zona vai finalmente avançar, aproveitando da unanimidade da sua aprovação em sede de Executivo Municipal, não menos exacta é a constatação de que este não é caso único no Concelho de Braga. Bem pelo contrário, são muitos e variados os problemas que nem em ano eleitoral terão solução.

Como lembrou Ricardo Rio, “o líder do PS de Braga fez “orelhas moucas” ao slogan É bom viver em Braga e só a força da acção dos cidadãos da Quinta de S. José e da Junta de Freguesia obrigou os responsáveis da maioria socialista a inverterem a sua postura” “A Câmara não pode ver os Bracarenses como meras fontes de arrecadação de receita de IMI, ignorando as responsabilidades que tem para com eles”, sentenciou.

Abordado por inúmeros residentes, o candidato à Presidência da C.M de Braga sublinhou o “tempo precioso que Braga não pode desperdiçar” e, exortando os habitantes à manutenção da sua postura cívica exemplar, lembrou “A mudança faz-se. Agora! Conto convosco!” - Do nosso Correspondente

do Plenário da Rede Social, visando efectuar o levantamento permanente da situação económica e social no Concelho;

c) Redução de 25% na factura da AGERE para IPSS, Paróquias e demais organizações do foro social;

d) Promoção e desenvolvimento de uma rede de distribuição de géneros alimentares e vestuário, em articulação com as IPSS e as Juntas de Freguesia;

e) Criação de um Refeitório e de uma Lavandaria Social, mediante a disponibilização de um espaço adequado para a Cáritas ou a Cruz Vermelha de Braga;

f) Revitalização do Observatório do Emprego, antes desenvolvido pela Plataforma Minho, em parceria com o Observatório Nacional do Emprego.

Medidas de Estímulo ao Investimento e à Manutenção e Criação de Emprego

a) Adesão ao Programa FINICIA, abrindo linhas de crédito para o apoio a novos projectos de Pequenas e Médias Empresas;

b) Promoção de Sessões de Divulgação e Estabelecimento de Parcerias para o Microcrédito;

c) Criação de um Programa Local de Estágios Profissionais na Administração Local, em articulação com os apoios disponíveis do IEFPP, destinado a colocar, durante 9 meses, em todas as Juntas de Freguesia do Concelho, um jovem licenciado, no desenvolvimento de acções de natureza social, cultural, desportiva ou de protecção do meio ambiente;

d) Estabelecimento de cláusulas preferenciais nos processos de contratação que fomentem o estabelecimento de consórcios/parcerias com PME's, exigindo que estas sejam responsáveis por uma certa parcela da facturação (a ajustar casuisticamente);

e) Criação da “Via Verde do Empresário” na Câmara Municipal de Braga, um Gabinete especialmente orientado para a informação e acompanhamento dos novos processos de investimento no Concelho;

f) Instituição do processo de Acreditação das “Marcas de Braga”, desenvolvendo iniciativas de promoção e apoio à comercialização dos bens ou serviços abrangidos.

Como resulta, claro, algumas destas medidas importam um custo ou uma perda de receita para os cofres da Autarquia ou das Empresas Municipais, cujas Indemnizações Compensatórias terão

assim que ser reforçadas.

Para o efeito, assim não seja possível libertar meios de outros investimentos (por via de atrasos na execução de projectos ou da obtenção de financiamentos comunitários), sugere-se a contracção de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 2,5 Milhões de Euros, que deverá seguir a tramitação legalmente exigível. - Vereadores da Coligação

Após visita à Quinta de S. José em Palmeira, Ricardo Rio rejeita gestão eleitoralista dos anseios dos Bracarenses

A Coligação Juntos por Braga visitou, este Domingo, a urbanização da Quinta de S. José em Palmeira. Liderada por Ricardo Rio, a comitiva distribuiu panfletos à população onde alertava para a demora na concretização de um projecto que tantas tormentas suscitou nas vidas dos moradores daquela populosa zona urbanizada.

Os membros da Coligação entendem não poder ser branqueado o passado problemático daquele espaço. Durante mais de 11 anos, a urbanização cresceu “sem um único equipamento de lazer ou uma zona verde envolvente” e, fruto dessa omissão, foi palco de “graves problemas de convivência entre vizinhos”.

Neste período “a Câmara concretizou grandes projectos em poucos meses ou anos, pelo que não se percebe que demore mais de uma década a cumprir as suas obrigações legais”, venceu o candidato.

Reportando-se à sua primeira visita ao local, que decorreu há mais de 6 anos, o Vereador lembrou que os exemplos então apontados pelo Presidente de Junta, João Russell, se mantêm infelizmente actuais. Desde depósitos de entulho que ocupam abusivamente as (supostas) áreas verdes, até às acessibilidades problemáticas e à sinalização deficiente, foram muitas as queixas que se repetiram da parte de quem só reclama “um tratamento justo” de quem de direito.

Câmara Municipal escolheu caminho da passividade

Apesar de instada a agir por sucessivos apelos da Junta de Freguesia de Palmeira e da Associação de Moradores, a Câmara Municipal de Braga usou da sua principal imagem de marca, a “irresponsabilidade”, adoptando a lógica

Notícias de Cascais

Câmara promove acesso ao Primeiro emprego



Complementar a qualificação dos jovens com a aquisição e desenvolvimento de competências relevantes para a sua inserção na vida activa é o objectivo dos programas Jovens Activos e de Estágios Profissionais que a Câmara Municipal de Cascais tem promovido anualmente. Dirigidos a jovens até 30 anos residentes no concelho, recém-saídos dos sistemas de educação e formação à procura do primeiro emprego ou desempregados à procura de novo emprego, estes programas favorecem um primeiro contacto com o mundo do trabalho com resultados muito positivos.

A intervenção municipal na área da formação em contexto real de trabalho alargado às empresas radicadas no concelho tem apresentado resultados muito

satisfatórios, no âmbito do Programa Jovens Activos, iniciativa que pretende facilitar a integração dos jovens residentes entre os 18 e os 30 anos no mercado de trabalho, bem como, promover atitudes empreendedoras no sentido da construção dos seus projectos profissionais. Neste programa, que vai na sua terceira edição, a Câmara Municipal de Cascais conta com a parceria com diversas empresas, tendo já proporcionado estágios a 44 jovens com o 12º ano ou Curso de Ensino Superior (Bacharelato ou Licenciatura) concluído nos últimos três anos, dos quais 25 continuaram a prestar trabalho nas empresas integradoras. No ano em curso, as inscrições decorreram até 13 de Março, abrangendo áreas tão distintas como secretariado, engenharia mecânica,

recursos humanos, informática, animação sócio-cultural, serviço social, biologia marinha e muitas outras, num total de 24 projectos a concurso distribuídos por várias freguesias.

No ano em curso, a Câmara Municipal de Cascais está a proporcionar Estágios Profissionais a 16 jovens, em áreas tão distintas como Atendimento ao Público, Apoio à Gestão, Comunicação Social, Marketing e Comunicação, Arquitectura, Psicologia Clínica, Serviço Social, Gestão, Geografia, Psicologia Social/ Psicologia das Organizações, Sociologia e História de Arte. Com uma duração de 12 meses, os Estágios Profissionais abrirão novas inscrições no decorrer do primeiro semestre para proporcionar a qualificação dos jovens através da aquisição e desenvolvimento de competências relevantes para a sua inserção na vida activa. Com horários a tempo inteiro promove-se, em simultâneo, uma integração temporária de recursos qualificados e dotados de saberes e metodologias, rejuvenescendo-se ainda os métodos nos serviços da autarquia. Os Estágios Profissionais destinam-se a jovens com idades até aos 30 anos, preferencialmente com residência permanente no concelho de Cascais, possuidores de licenciatura ou bacharelato (níveis de qualificação IV e V) ou habilitados com curso de qualificação de nível intermédio (nível III), recém-saídos dos sistemas de educação e formação à procura do primeiro emprego ou desempregados à procura de novo emprego.

Festa da Primavera promove solidariedade

Este ano, a chegada da Primavera foi diferente no Parque Jardins da Parede. Para além da habitual vertente ambiental, este espaço público foi palco de uma acção de solidariedade organizada pela Academia Psicologia e Teatro e pela empresa Gere Escolas com o apoio da Câmara Municipal de Cascais. O lema da manhã vai ser “Seja Solidário e receba uma Flor e um Sorriso”.

Num claro apelo à dádiva de roupas ou brinquedos destinados a instituições que trabalham na área do apoio a crianças desfavorecidas, mas sem esquecer que a chegada da Primavera deve ser comemorada ao ar livre, esta acção premiou



com flores e sorrisos quem se juntou às actividades propostas e trouxe consigo este tipo de artigos novos ou usados.

As actividades foram diversificadas, desde ateliês de pintura com figuras conhecidas como Maria Celeste Alves, Isabel Torres e Ana Maria, a jogos de futebol entre Pais/Mães e filhos, onde vão participar ex-futebolistas como Dimas, Hélder, Oceano, Sá Pinto e Carlos Xavier. Para outros gostos houve também espectáculos de dança com os “Urban Dancers” e ainda um concerto de música ao vivo pela Escola de Música Crescendo.

A presença de palhaços e pipocas ajudou a enriquecer o ambiente de festa, sendo ainda de registar a adesão dos comerciantes locais ofereceram neste dia sessões de massagem para bebés, ioga para crianças, pinturas faciais e penteados tipicamente africanos (“tereres”).

Na festa estiveram também Bibá Pita, Patrícia Bull, o cantor FF, João de Carvalho, Rui Veloso e Heitor Lourenço, padrinhos da Academia Psicologia e Teatro.

Assinalado o Dia Mundial da Poesia assinalado com obras de Gabriel Raminhos em S. Domingos de Rana

No âmbito do Dia Mundial da Poesia, comemorado a 21 de Março, a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana acolheu a apresentação de duas obras de

poesia da autoria de Gabriel Raminhos intituladas “As Palavras depois dos Oitenta” e “Quadras que ficam”.

Lançando o olhar para o horizonte da vida, como refere o autor do prefácio Manuel José, a obra “As Palavras depois dos Oitenta” remete o leitor para as etapas da vida de Gabriel Raminhos, cada conquista, os momentos bons e os menos felizes, que, como diz, há que “vencer até chegar nova bonança”. Em “As quadras que ficam”, o autor deixou-nos versos feitos “por esses caminhos”, qual testamento em vida, para que cada um possa partilhar com ele “falas de amigos que os encham de carinhos”.

A sessão de apresentação das obras contou com uma actuação do Grupo Coral “Estrelas do Guadiana”, um breve momento musical com Sérgio Gonzaga e Manuel Pinto e Brito, interpretando versos do poeta em questão, bem como uma prova de vinhos alentejanos.

Quem conhece Gabriel Raminhos fala dele com muito carinho e admiração. José Maria Dias Costa, que assina o prefácio de uma das obras fala da “afabilidade cativante do poeta. Os seus poemas são uma espécie de néctar de sabedoria, colhida e maturada pela experiência vivida e decantados com grande musicalidade e envolvimento emocional”.

Natural de Reguengos de Monsaraz, Gabriel Raminhos reside em Carcavelos desde 1947. Começou a escrever poesia desde muito cedo, e apesar de toda a vida ter trabalhado como contabilista na Moagem de Carcavelos, a sua paixão pela poesia permaneceu. Aos 84 anos, Gabriel Raminhos conta com oito livros publicados e foi distinguido com mais de duzentos prémios atribuídos nos concursos em que tem participado.

“Reflexos da Vida I – Quintilhas”, “Reflexos da Vida II – Sonetos”, “Do Sonho à Realidade”, “Lembranças do Alentejo”, são algumas das suas obras já publicadas.

Pólo de formação pós-graduada em Turismo, no Estoril, já tem verbas - projecto avança no primeiro semestre de 2010

O Turismo de Portugal assinou na passada semana, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa, um contrato de financiamento ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que vai permitir avançar com um investimento de 26,6 milhões de euros na área da Formação em Turismo a nível nacional, incluindo a criação de um Pólo de Formação Pós-graduada em Turismo no Estoril.

Esta verba integra 500 mil euros que serão aplicados, até ao final do primeiro semestre de 2010, na criação do Centro de Investigação e Formação

Avançada em Turismo da Associação HMI - Hospitality Management Institute de Portugal no Campus do Estoril, o qual funcionará como um pólo de ensino universitário reforçado, no âmbito do turismo, com especial enfoque na formação e na investigação.

As obras serão da responsabilidade do Turismo de Portugal, que colaborará com o Município de Cascais e a HMI Portugal na concretização do projecto.

O protocolo de cooperação com vista ao desenvolvimento deste projecto foi assinado em Outubro de 2008 entre o Turismo de Portugal, a Parque Escolar, a Associação HMI - Hospitality Management Institute de Portugal, e os Municípios de Cascais e de Setúbal.

A Associação HMI - Hospitality Management Institute de Portugal, escola de gestão turística internacional, foi criada em Setembro do ano passado, numa parceria entre o Turismo de Portugal, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e a Universidade do Algarve, tendo a Universidade da Florida como parceiro estratégico.

Concerto de Homenagem a Luís Villas-Boas “Vozes 3”

No próximo dia 28 de Março, às 21h00, no Centro Cultural de Cascais, as cantoras Maria João, Maria Anadon e Maria Viana unem talentos para apresentar “Vozes 3”, um concerto de homenagem a Luís Villas-Boas, o impulsionador do Jazz em Portugal, falecido em Março de 1999.

Maria João, Maria Anadon e Maria Viana – três vozes distintas e que dispensam apresentações – encontram-se pela primeira vez em palco, num projecto único e pioneiro que promete uma verdadeira celebração do Jazz e surge num período de ouro e maturidade deste género musical em Portugal.

A acompanhá-las estará uma secção rítmica composta por duas gerações de músicos: Júlio Resende (piano), João Farinha (piano e teclados), Carlos Barreto (contrabaixo) e Joel Silva (bateria). Do programa do concerto fazem parte temas originais e clássicos do Jazz e algumas obras de compositores americanos do século XX.





Notícias de Lisboa

Moção de Censura a António Costa deve ser aprovada

O PSD na Assembleia Municipal de Lisboa deverá aprovar terça-feira uma moção de “censura” pelo que classifica de “incapacidade” do presidente da Câmara, António Costa (PS), em definir uma estratégia municipal de segurança.

Na moção, que o PSD em maioria na Assembleia deverá fazer aprovar, os deputados municipais manifestam “profunda preocupação e censura pela incapacidade da Câmara Municipal de Lisboa, e do doutor António Costa, em definirem uma estratégia municipal na área da segurança na cidade”.

O documento, subscrito pelo líder da bancada, Saldanha Serra, exige que António Costa apresente na sessão seguinte da Assembleia Municipal um “plano municipal de segurança”.

“É hoje claro que o doutor António Costa não tem qualquer Plano Municipal de Segurança para Lisboa, tendo falado a posteriori e vagamente num Contrato Local de Segurança a celebrar com o Governo, cujo conteúdo em absoluto se desconhece, em especial as especificidades da sua aplicação a Lisboa”, argumentam os deputados municipais do PSD.

Na moção, o PSD acusa o presidente da Câmara de ter iniciado um “processo de vitimação e de ataque ao Governo” depois de pressionado “pela realidade concreta da insegurança, motivada pelos acontecimentos nas Olaias”, a que se seguiu uma “cena de reconciliação com o Governo”.

“Estamos, uma vez mais, perante um novo ‘show-off’ mediático do doutor António Costa, que serve de cortina de fumo para a sua incapacidade de lidar, real e concretamente, com os problemas de segurança em Lisboa”, lê-se na moção.

O grupo municipal do PCP apresenta igualmente uma moção sobre segurança, condenando as “omissões cúmplices da



Câmara Municipal de Lisboa, em face das opções do Ministério da Administração Interna, que comprometem uma acção mais eficaz das forças de segurança na cidade de Lisboa, nomeadamente o policiamento de proximidade”.

Os comunistas reclamam do Governo “uma política de passos concretos no sentido da abertura de esquadras de bairros em zonas residenciais”.

Da autarquia, os deputados municipais comunistas exigem a adopção de medidas para “reforçar a capacidade de intervenção e o prestígio da Polícia Municipal”.

Na moção, o PCP reclama ainda uma política de intervenção social e urbanística nos bairros municipais, que passe pela instalação de equipamentos, apoio ao associativismo, melhoria das condições de higiene urbana, iluminação pública e espaços públicos.

Os deputados municipais comunistas querem que o conselho municipal de segurança elabore um “programa” de segurança, com diligências a propor ao Governo. - Fonte: Lusa

PSD viabilizará empréstimos para reabilitação urbana, mas não para “acções de propaganda”

O PSD na Assembleia Municipal de Lisboa anunciou hoje que viabilizará um empréstimo de 16,5 milhões de euros para reabilitação urbana, reiterando que o empréstimo para pagar a fornecedores

que chumbou terça-feira se destinava a acções de “propaganda”.

O grupo municipal do PSD revelou, em comunicado, que viabilizará terça-feira o empréstimo para a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) Ocidental, de 16,5 milhões de euros, por considerar que está em causa o “superior interesse da cidade”.

Entendimento diferente tiveram os sociais-democratas em relação ao empréstimo de curto-prazo, de 36 milhões de euros, que o executivo camarário pretendia contrair para acorrer a “dificuldades de tesouraria”, e poder pagar mais cedo a fornecedores.

O vereador das Finanças, Cardoso da Silva (PS), comprometeu-se a saldar o empréstimo até ao final de Agosto, para não recair sobre o próximo executivo municipal, mas o compromisso não demoveu o PSD.

O líder da bancada do PS, Miguel Coelho, considerou na altura que o chumbo do PSD ao empréstimo constituía uma “declaração de guerra” às pequenas e médias empresas que constituem a maioria dos fornecedores da autarquia.

O PSD reiterou hoje que o executivo municipal elaborou um orçamento baseado em receitas sobreavaliadas, em que não previu as dificuldades de tesouraria do Município nos primeiros meses do ano.

“O doutor António Costa apresentou um orçamento para 2009 com clara sobreavaliação da receita e nunca colocou a hipótese de necessitar de um empréstimo para resolver problemas de tesouraria,

que nem sequer antecipou ou admitiu vir a ocorrer”, afirma o PSD.

Para os sociais-democratas, o presidente da Câmara, António Costa (PS), “usou um expediente formal, obrigado que estava a cumprir o princípio do equilíbrio orçamental, para poder aumentar a despesa, pagando-a por recurso a este empréstimo, e não por via orçamental”.

“É, por isso, força da total irresponsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, que lhe faltará agora receita para obras que diz querer fazer. Se a Câmara Municipal de Lisboa não tem capacidade de mobilizar receita para as suas acções de propaganda, a solução é simples, não as faz”, argumentam.

O grupo municipal do PSD, liderado por Saldanha Serra, reitera que o empréstimo que chumbaram “obrigaria a nova vereação eleita em Outubro próximo a cumprir esse compromisso, permitindo à actual vereação ‘viver à conta’ deste empréstimo, que não tem de pagar”.

“O doutor António Costa terá de viver, para o bem e para o mal, até Outubro de 2009, com o orçamento que aprovou e terá de mobilizar desse seu orçamento as verbas necessárias ao pagamento das obras que venha a fazer, sugerindo desde já o PSD que poupe na publicidade com que afogou Lisboa”, sublinham os deputados municipais sociais-democratas.

O PSD acusa ainda o presidente da Câmara de ter elaborado um orçamento que cresceu cerca de 18 por cento, sem ter aumentado as verbas afectas à actividade económica da cidade.

- Fonte: Lusa



Baile das Camélias

Sintra vestiu-se a rigor para receber o tradicional Baile das Camélias, na Sociedade União Sintrense, no dia 21 Março, à noite. É uma festa que se realiza há já 68 anos.

Regra de ouro do Baile das Camélias é o traje a rigor, já que se trata de um baile de gala, e todos os sintrenses são convidados a participar na festa que, também, dá as boas-vindas à Primavera.

A tradição da noite das Camélias remonta a 19 de Março de 1941, quando um grupo de sintrenses decidiu organizar esta festa. Na época havia uma grande rivalidade entre os jardineiros das quintas e a noite das Camélias foi a forma encontrada para serem exibidas as flores mais bonitas. Por isso, e após esta festa, decorria o baile dos jardineiros.

Nessa noite eram exibidas autênticas obras de arte afixadas nas paredes, em redes, sobre o palco. A noite das Camélias era considerada a festa rainha do concelho de Sintra.

“Dia da árvore e da Floresta”

Exposição de bonsai, ciclo de acções formativas sobre árvores, campanha de arborização e inauguração de rotunda “reciclada” são as iniciativas da autarquia para marcar o Dia da Árvore e da Floresta, que se comemora dia 21 de Março.

Ainda no mês de Março será inaugurada, no Parque da Liberdade, uma exposição de bonsai “Porque as árvores não se medem aos palmos”.

Árvore em miniatura, o bonsai exerce um certo fascínio e curiosidade devido ao facto de ser de dimensões mínimas e permitir exactamente por isso, a observação dos pormenores da sua estrutura e as características da sua folhagem.

Para além de cerca de 30 exemplares de árvores bonsai do Centro Bonsai de Sintra, contar-se-á com a dinamização de workshops que explorarão as suas técnicas específicas.

Também foi inaugurada a 23 de Março, na rotunda da Nova Variante de Massamá/Agualva, que foi recentemente requalificada, um exemplo de arte a partir da reciclagem, construída a partir de pneus usados, que tem como objectivo a reflexão, a sensibilização e a criatividade, introduzindo a temática do lixo e do meio ambiente e é da autoria da artista plástica Lúcia Zani, intitulando-se “Metamorfose”

Também se inicia a primeira fase de campanha de arborização na Rua Direita de Massamá, que confina com a entrada no IC19, na qual se plantará cerca de 40



árvores no seu corredor central.

“Coisas d’ Árvores” é um ciclo de acções formativas que se traduzirá em cinco conferências para o público em geral, entre 14 de Abril e 2 de Junho, e num Workshop dirigido aos funcionários da autarquia (CMS e Juntas de Freguesia), de 4 a 7 de Maio. Este ciclo de acções formativas sobre árvores aborda temas cuja pertinência é recorrente sempre que a Primavera de aproxima. Alergias, podas, fisionomias, saúde e preservação são alguns dos temas abordados.

“SINTRA MAIS LIMPA”

Acabar com as inestéticas pontas de cigarro no chão, sensibilizar para a correcta deposição desse resíduo e instalar cinzeiros públicos são os grandes objectivos da segunda fase do projecto “Sintra Mais Limpa”.

A proibição de fumar em espaços públicos fechados foi o princípio de um projecto conjunto da Câmara Municipal de Sintra, a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a empresa Tabaqueira II, S.A, lançado em Julho passado. Este programa piloto pretende de forma integrada e continua unir esforços para que os fumadores apaguem os seus cigarros sem deixar marcas.

Nesta segunda fase do projecto estão a ser instalados cinzeiros para uso colectivo junto a edifícios camarários e de outros que acolham serviços públicos, como as

Conservatórias do Registo Civil e Comercial, o Centro de Saúde ou a Repartição de Finanças e no centro histórico da Vila de Sintra.

Este projecto passa também pela distribuição de material gráfico e de cinzeiros portáteis aos fumadores no fim de semana de 28 e 29 de Março, na zona da Volta do Duche e centro histórico.

Este projecto de intervenção ambiental é essencialmente educacional, promove a limpeza, procurando fomentar boas práticas neste domínio. O desafio consiste em incentivar os fumadores a contribuírem para um ambiente mais cuidado, apagando os seus cigarros em cinzeiros, evitando que pontas de cigarro sejam atiradas para o chão.

O programa “Sintra Mais Limpa” decorreu, durante o verão, nas praias de Sintra às quais foi atribuída Bandeira Azul. Nestas praias foram distribuídos os “protectores ecológicos”, designação dos eco-cinzeiros portáteis que podem ser reutilizados, permitindo guardar as pontas dos cigarros e incluem também a funcionalidade de um isqueiro.

POETAS POPULARES DE HOJE

A Casa - Museu Leal da Câmara vai ser palco de um espectáculo de poesia, intitulado “Poetas Populares de Hoje”, hoje à tarde pelas 18H00, com a participação especial da poetisa Maria Almira Medina.

Este evento conta com a participação de 23 poetas, que residem em várias localidades do concelho de Sintra, em que serão os próprios a ler as suas criações poéticas.

Haverá ainda a participação do grupo de pregões “As Andorinhas” da AFAPS e uma pequena actuação do mágico cómico Mr. Lapin.

A Casa - Museu Leal da Câmara fica situada na Calçada da Rinchoa, 67, Rinchoa, Rio de Mouro.

CONCERTOS DE PRIMAVERA

O Conservatório de Música de Sintra realizou os Concertos de Primavera no dia 22 de Março, às 11H30 e às 17H30, no Centro Cultural Olga Cadaval, em celebração do equinócio da Primavera.

No concerto das 11H30 apresentaram-se as classes de coro dos cursos de iniciação musical, coro infantil, classes de música do Infantário do Povo e da EB 1/JI de Vila Verde, acompanhados por um ensemble instrumental.

No concerto das 17H30 apresentaram-se vários grupos de música de câmara, bem como as classes Coro e Coro Leal da Câmara, acompanhados por um ensemble instrumental. - Fonte: Gab. Imp. CMSintra





Assunto: Convocatórias PSD - Povo Livre

Como é do seu conhecimento, todas as convocatórias do PSD têm de ser recebidas pelos serviços até às 12h00 de cada terça-feira para que possam ser publicadas no Povo Livre, que sai às quartas-feiras.

As convocatórias para publicação têm sido enviadas para diversos email's e vários n.ºs de fax da Sede Nacional, bem como por correio, prejudicando a eficiência dos serviços.

Por esse motivo, com o intuito de normalizar os procedimentos e melhorar a articulação com as estruturas do distritais e concelhias, venho por este meio informar que todas as convocatórias devem ser enviadas por email para:

convocatorias@psd.pt, ou para o n.º de fax 213973168 (Serviços de Implantação e Ficheiros), devendo ser sempre assinadas e enviadas pelos Presidentes de Mesa, salvo as excepções previstas nos Estatutos.



BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Batalha, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditório da Junta de Freguesia São Mamede, sita no Edifício da Junta na Vila de São Mamede, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Eleições Autárquicas 2009
- 2 – Outros assuntos de interesse

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Estremoz, para reunir no próximo dia 01 de Abril de 2009, (quarta-feira) pelas 20h30 na sede sita na Rua 5 de Outubro, n.º 18 – 1.º frente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Discussão e aprovação das contas referentes ao ano de 2008

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Eleições Autárquicas 2009

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Março de 2009 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede da Secção das Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 18 – r/c dtº, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política com a presença do Vice-Presidente do PSD Dr. António Borges
- 2 – Orçamento e aprovação das contas de 2008

MANTEIGAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Manteigas, para reunir no próximo dia 25 de Abril de 2009, (sábado) pelas 16h00 na sede do PSD, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

Comissão Política de Secção
Mesa da Assembleia de Secção

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Peso da Régua, para reunir no próximo dia 03 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 no Auditório do Instituto Portuário de Transportes Marítimos (IPTM), sito na Av. Sacadura Cabral - Godim, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Ratificação das contas referentes ao ano de 2008
- 2 – Dar parecer sobre o candidato a presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua, nos termos da alínea f, do n.º 2 do artigo 50º dos Estatutos do PSD
- 3 – Análise da situação política concelhia

SALVATERRA DE MAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Salvaterra de Magos, para reunir no próximo dia 24 de Abril de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00 na Rua Miguel Bombarda, n.º 8, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir.

As urnas estão abertas das 21h30 às 23h30

SÃO JOÃO DE BRITO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. João de Brito, para reunir no próximo dia 02 de Abril de 2009 (quinta-feira), pelas 18h30, na sede da Secção B, sita no Largo do Campo Pequeno, n.º 16 – 3.º, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1 – Balanço dos 4 anos de actividade do executivo da Junta de Freguesia de São João de Brito e perspectivas futuras de actuação
- 2 – Ratificação do nome para encabeçar a lista do PSD às eleições da Freguesia de São João de Brito

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Abril de 2009 (sábado), pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua da República, n.º 20 – 1.º Esq., com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 – Apresentação dos candidatos do PSD que encabeçam as listas concorrentes aos diferentes órgãos autárquicos
- 3 – Informações e análise da situação político - partidária concelhia e nacional

SETUBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 30 de Março de 2009 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1.º Esq., com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único – Candidaturas aos Órgãos Autárquicos



FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento

Eleitoral para os órgãos concelhios, convoca-se o Plenário da JSD de Fafe, para reunir no próximo dia 24 de Abril de 2009, pelas 21 horas, na Sede Concelhia da JSD Secção de Fafe, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política da JSD de Fafe;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário da JSD de Fafe.

Notas:

- 1 – As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;
- 2 – As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;
- 3 – Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;
- 4 – Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia em conformidade com os estatutos nacionais;
- 5 – Candidatos suplentes, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;
- 6 – Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;
- 7 – As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Fafe ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede da JSD de Fafe;
- 8 – As urnas estarão abertas das 21 horas às 22h30.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Fafe

(Jorge Adélio Costa)

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Ovar, para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia 3 de Abril de 2009 (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede de Concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Local e Nacional.



A Presidente de Mesa de Plenário Concelhio
(Tânia de Pinho Pereira Pinto)

OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Ourém, para reunir no dia 25 de Abril de 2009, pelas 17h30 na sede do PSD de Ourém, na Rua Carlos Vaz Faria de Almeida, Lote 6 – 1º Frente, em Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

1 – As listas devem ser entregues em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Ourém, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem ao abrigo dos estatutos o possa substituir.

2 - As candidaturas serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e lista de subscritores.

3 – As urnas estarão abertas das 18h00 às 19h00.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém
Francisco José da Silva Varela

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Delegados ao Conselho Distrital da JSD de Santarém, para o Conselho Distrital a realizar no dia 9 de Maio de 2009, pelas 10h30, na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua Fábrica da Fiação, nº 57, em Tomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Análise da situação política.
3. Eleição do Representante do

Conselho Distrital de Santarém no Conselho de Jurisdição de 1.ª Instância do Centro/Sul.

4. Outros assuntos

Nota:

1 - As listas devem ser entregues até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o possa estatutariamente substituir, na Sede Distrital do PSD de Santarém. 2 - As urnas estarão abertas das 11h30 às 12h30.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Santarém
Francisco José da Silva Varela

CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Eleitoral de Castelo Branco, a reunir Domingo, dia 26 de Abril de 2009, pelas 16h30 horas, no Auditório da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Castelo Branco, sito na Av. Do Empresário em Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Apresentação e Discussão de Moções de Estratégia

2- Eleição da Mesa do Conselho Distrital e da Comissão Política Distrital do Distrito de Castelo Branco.

3- Eleição dos representantes da JSD na Assembleia Distrital de Castelo Branco do PSD

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Mesa do Conselho Distrital Eleitoral, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais a possa substituir, na Sede Distrital de Castelo Branco do PSD;

8 - As urnas estarão abertas das 17h00m às 18h30m para ambos os processos eleitorais.

A Mesa do Conselho Distrital Eleitoral
(Elsa Marmelo)